



A Presente ATA foi
Aprovada com 30 votos
a favor, 5 abstenções
e 0 votos contra.

Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 08/13-17

SESSÃO ORDINÁRIA

2014/09/26

[Handwritten signature]

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e catorze, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H20M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 35 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- José Miguel Gonçalves, Presidente da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho, substituído por José Manuel Esteves Barbosa.
- Severino Sousa, eleito pelo Partido Social Democrata, substituído por Luciano Santos.
- Carlos Mouteira, eleito pelo Partido Social Democrata, substituído por Rosa Santos.
- Vanda Pego, eleita pelo Partido Social Democrata, substituída por Plácido Coelho.
- Jorge Paulo Alves, eleito pela Coligação Democrática Unitária, substituído por Joaquim Celestino Ribeiro.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.



Assembleia Municipal de Caminha

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação do Novo Regimento da Assembleia Municipal Caminha;
- c) – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imoveis;
- d) – Abertura de Procedimento de Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos, Fornecimento, Manutenção e Lavagem de Contentores e Limpeza Urbana e Praias do Município de Caminha” e Aprovação das Peças do Procedimento;
- e) – Convite para Integração na Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho – ADRIMINHO;
- f) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua Ricardo Joaquim de Sousa da União Freguesias de Caminha e Vilarelho;
- g) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua do Pego da União de Freguesias de Venade/Azevedo;
- h) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua Conselheiro Miguel Dantas e Praça de Espanha da União de Freguesia de Caminha e Vilarelho;
- i) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento no Beco do Gimnodesportivo da Freguesia de Vila Praia de Âncora;
- j) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento à Foz do Minho e Mata do Camarido;



Assembleia Municipal de Caminha

- k) – Abertura de Procedimento de Concurso Publico Urgente- “Construção do Campo de Futebol de Lanhelas”- Ratificação

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve público para intervir.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:

- Requerimento elaborado pelo Senhor Deputado Rui Silva Araújo a solicitar cópia da totalidade dos encargos e faturação assumida e não paga desde a realização da última Assembleia até à presente data;
- Missiva por parte do Senhor Deputado do Partido Socialista Jorge Fão da resposta relativa a uma iniciativa Parlamentar que tinha apresentado ao Governo;
- Ofício por parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses a dar conhecimento de uma conferência que irá decorrer sobre a “Organização Territorial do Estado na Democracia de Proximidade”

O **Senhor Presidente da Mesa** informou que foi apresentada à mesa uma resposta por parte do Senhor Presidente da Câmara referente aos requerimentos apresentados na última sessão elaborados pelo Senhor Deputado Rui Taxa, que lhes serão remetidos.

Informou também que tinha sido apresentada à mesa uma Moção apresentada pelo Senhor Deputado Celestino Ribeiro e pelo Senhor Presidente da Junta Carlos Cunha Alves.



Assembleia Municipal de Caminha

De seguida **Senhor Deputado Celestino Ribeiro** saudou os presentes e apresentou a moção:

“MOÇÃO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA EGF — EMPRESA GERAL DE FOMENTO, SA “

A criação de sistemas intermunicipais de resíduos teve, na sua génese, como objetivo primeiro a otimização das disponibilidades, garantindo a erradicação de despejos sem controlo no meio ambiente e a gestão integrada dos resíduos, com a consequente valorização dos mesmos. Em tempo útil percebemos que esta opção não iria salvaguardar os interesses das populações nem dos municípios, abrindo futuramente portas a uma oportunidade de negócio. Passados os anos, a razão assiste-nos, mas a gravidade do ataque perpetrado por este governo, mostrando desrespeito do Estado face aos municípios, enquanto sócios, impele-nos a construir a defesa das populações no compromisso coletivo de todas as forças partidárias. Indiferente à recusa por parte de todos os municípios, em geral, e do de Caminha, em particular, o Estado promoveu a alteração dos estatutos da Valorminho, à semelhança dos de outras entidades de gestão intermunicipal por todo o país, garantindo a possibilidade de privatização. Indiferente às justas reivindicações dos autarcas, quer por posicionamento político, quer por recurso aos tribunais, o Governo deu seguimento ao processo de privatização da EGF anunciando já o vencedor do concurso.

Porque consideramos:

- a) Que as funções do Estado não são alienáveis nem convertíveis em negócios privados;
- b) Que a criação de monopólios em torno de uma obrigação pública concorre para o aumento de encargos para a população;
- c) Que a EGF, enquanto sub-holding da Águas de Portugal, abre caminho para facilitar o processo futuro de privatização da água;
- d) Que todo o investimento público realizado no passado pelas autarquias, e posteriormente pelas mesmas em parceria, será colocado ao dispor de uma empresa privada e consequentemente à mercê dos seus acionistas;



Assembleia Municipal de Caminha

e) Que as populações não obterão qualquer ganho, nem de serviço nem económico, com esta privatização;

f) Que esta privatização provocará a tentativa de aquisição das participações dos municípios;

g) Que esta ação do Governo diminui o papel das autarquias;

h) Que o interesse público sai lesado porque jamais será ressarcido dos investimentos realizados.

Nestes termos, o grupo de eleitos da CDU — Coligação Democrática Unitária, propõe que a Assembleia Municipal de Caminha, reunida em sessão ordinária de 26 de setembro de 2014, delibere:

1. Que a Assembleia Municipal de Caminha se manifeste inequivocamente contrária a esta privatização;
2. Que a Câmara Municipal de Caminha use todos os meios à sua disposição para contrariar esta imposta privatização;
3. Apoiar e apelar à mobilização e intervenção das populações, dos trabalhadores e das autarquias para impedir a entrega do vasto património, que levou anos a construir e a consolidar.

A presente moção deverá ser enviada para:

- Primeiro-ministro;
- Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);
- Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE)
- Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN)
- União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Os proponentes, Joaquim Celestino Ribeiro e Carlos da Cunha Alves

Caminha, 26 de setembro de 2014 1 CDU — Coligação Democrática Unitária”

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para se pronunciarem sobre a moção apresentada.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa** saudou a mesa e todos os presentes, bem como os espectadores que seguem a Assembleia pela emissão na Internet e disse em nome da bancada do Partido Social Democrata que apoiariam a moção.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão** saudou a mesa e todos os presentes e disse em nome da bancada do Partido Socialista também apoiariam a moção.

Não havendo mais inscrições para a discussão desta moção o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente moção foi aprovada por unanimidade.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** fez interpelação à Mesa para apresentar um voto de protesto:

“Vem por este meio o Grupo do PSD da Assembleia Municipal de Caminha, apresentar um voto de protesto pela não apresentação da Ata da Assembleia Municipal realizada em 27-06-2014, violando-se desta forma a alínea b) do Artigo 7º do Regimento desta Assembleia, assim como o Artigo 57, nº 2 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.”

O **Senhor Presidente da Mesa** disse que teve o cuidado de fazer uma pesquisa em outras anteriores Assembleias e verificou que não era a primeira nem segunda vez que não é apresentada a ata da sessão anterior e tem como exemplo que na



Assembleia Municipal de Caminha

sessão da Assembleia Municipal de 21 de abril de 2011 foram submetidas três atas à aprovação. Sublinhou que pensa que uma situação destas não voltará a acontecer.

De seguida abriu novamente período de inscrições.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** deu início à sua intervenção:

“Ex.mo Sr. Presidente

Parece que ainda foi ontem, mas estamos a comemorar o 1º aniversário da sua vitória eleitoral autárquica.

Tive a curiosidade de reler o seu discurso de tomada de posse, proferido nesta sala onde hoje nos encontramos, e constatar que V.Exa. face às promessas então proferidas, subiu a fasquia para níveis elevados, criando em todos os Caminhenses uma expectativa que nos mantém atentos ao seu desempenho como Presidente desta Autarquia.

Mas uma coisa é prometer e, outra coisa, é fazer.

Após um ano de gestão autárquica socialista, e aberta que está a sua “Caixa de Pandora”, podemos verificar que a mesma está repleta de um vazio desesperante.

V. Exa. já teve tempo e mais do que tempo para apresentar um projeto consistente para o desenvolvimento do Concelho de Caminha, mas, e utilizando palavras suas, “quando não sabemos para onde vamos, andamos constantemente perdidos”, o que me leva a considerar a hipótese de ter que lhe oferecer um GPS.

V. Exa. navega à vista, sem um rumo certo. Só lhe interessa o bem-estar do Partido Socialista e não o bem-estar do Concelho de Caminha.

V. Exa. não sabe o que fazer com o assoreamento do Rio Minho, nem sabe que voltas tem que dar para o desassorear.

Já chega ao ponto de ficar nervoso quando lhe falam no assunto.

V. Exa. não sabe como colocar o Ferryboat a trabalhar.

Com base em quê, e com que pareceres técnicos, é que se fundamentaram para pôr uma draga daquele tamanho a demover uma duna?



Assembleia Municipal de Caminha

Parece atitude e brincadeira de criança na praia! Como demover uma duna com uma pá de criança!

Está a gastar 900 euros por dia, não para resolver o problema mas só para ninguém o chatear!

V. Exa. é incapaz de cobrar a dívida do Ferry ao seu homólogo de A Guarda.

V. Exa. não faz a mínima noção de como Caminha se deve ligar à Galiza.

Parece não ouvir os recados que os comerciantes lhe enviam pela comunicação social. Parece não ouvir aqueles que lhe dizem que a união a Espanha é fundamental para que o nosso Concelho não cristalize no tempo e não perca as oportunidades de desenvolvimento que tanto precisa.

De nada serve ir para as televisões utilizar palavras bonitas, se depois na prática, não temos um plano, um rumo, seja a curto, a médio ou longo prazo, mas alguma coisa que nos leve a pensar que Caminha encontrou o caminho.

O seu caminho. O caminho do desenvolvimento.

Além do mais, é curioso verificar que V. Exa apresenta constantemente dois discursos.

Um discurso para o exterior, quando está debaixo dos holofotes da televisão, em que V. Exa exalta o que Caminha tem de bom:

- A Feira Medieval
- Vila Praia em Flor
- O Triatlo de Caminha
- O Trail da Serra de Arga
- O Artbeer Fest
- A Feira da Sardinha
- A Mesa da Páscoa

Quer dizer, V. Exa divulga os êxitos do anterior executivo PSD.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

E outro discurso, este interno, em que V. Exa continua a prometer que vai fazer – parece que ainda está em campanha eleitoral – e, tudo o que faz, desgraçadamente, são fracassos:

- A Viagem à Noruega (um fracasso que mais parecia um velório)
- A redução da Festa da Sardinha de 10 para 5 dias
- O Entre Margens (ninguém sabia o que era)
- A redução da Feira Medieval de 10 para 5 dias
- O seu Festival de Vilar de Mouros (sem público, infelizmente a banhada previamente anunciada, aconteceu)

Com aquilo que fez à Festa da Sardinha em Vila Praia de Âncora e com aquilo que fez à Feira Medieval em Caminha, V. Exa. impediu o comércio de ganhar dinheiro e de arrancar para mais um Verão com alguma esperança de bons negócios.

Sr. Presidente, chega de brincadeiras com coisas sérias.

Sr. Presidente, para o próximo Verão, se ainda cá estiver, pense muito bem o que vai fazer.

Para justificar os seus fracassos V. Exa, culpa os outros e inventa o Ano Zero.

De repente ficamos com um Ano Zero para tudo e mais alguma coisa.

Até para o passeio dos idosos tivemos o ano zero, vamos ver se iremos ter o ano eleitoral!

Não nos esqueçamos que Caminha ocupava uma posição atraente a nível distrital. Na Assembleia Municipal de 03-02-2014 tive oportunidade de lhe dizer que V. Exa. herdava um Concelho com o 2º melhor índice de compra e em 2º lugar quanto à melhor qualidade de vida da CIM. Pagava as suas dívidas em 80 dias.

Hoje, V. Exa. paga as suas dívidas aos 149 dias, quando as paga, porque está sem Fundos Disponíveis para cabimentar despesa.

V. Ex.a está com o Concelho parado !!!



Assembleia Municipal de Caminha

Mas mais grave que tudo é a situação financeira da Câmara de Caminha com a sua gestão.

V. Ex^a não pode cabimentar uma despesa porque não tem fundos disponíveis para pagar.

Agora é que V. Exa. não tem dinheiro para comprar um prego!

Esbanjou 1 milhão e meio de Euros que tinha em depósitos bancários, mais 600 mil Euros do Fundo dos Municípios.

Sr. Presidente.

Anselmo Ralph 50 mil Euros. V. Exa ainda não pagou.

Ainda não pagou ao Anselmo mas já pagou aos Bombeiros? Quanto rendeu o donativo?

Empresa de Segurança 60 mil euros. V. Exa ainda não pagou.

A pobre da Senhora da Limpeza 7 mil euros! V. Exa ainda não pagou.

E já agora Programa "Semear para Colher", 2 mil euros! Já pagou?

Deve-se realçar que V.Ex^a é um político sem qualquer peso político.

V. Ex^a só é Presidente da Concelhia do Partido Socialista.

V. Ex^a precisa de ganhar peso político para se impor no seu mundo e ambiente político socialista.

Precisava de se candidatar e ganhar a Federação Socialista de Viana do Castelo.

No entanto, V. Exa. prefere atraiçoar Jorge Fão - que o apoiou incondicionalmente na sua campanha eleitoral autárquica - e apoiar Carpinteira, que nenhuma relação tem com Caminha, pela simples razão de que o seu pensamento não está no Concelho de Caminha, mas muito mais ao Sul.

Em vez de se aliar a Jorge Fão e ajudá-lo a ganhar a Federação Socialista do Distrito de Viana do Castelo, ficando com um aliado para o ajudar no futuro a alavancar o Concelho de Caminha, V. Exa. prefere o rival José Manuel Carpinteira, cujo interesse está em todo o lado menos em Caminha.

Por aqui se vê que V. Exa. não tem estratégia política para Caminha.

V. Exa. precisa de se candidatar e ganhar a presidência da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.



A
D
E

Assembleia Municipal de Caminha

V. Exa. precisa de se candidatar e ganhar a presidência do Eixo Atlântico.

V. Exa. precisa, urgentemente, de peso político para poder lutar pelos últimos apoios que nos chegarão neste último quadro comunitário europeu.

Não se deve esquecer do Programa Polis. Que aconteceu? De repente deixou de falar nele.

E o Plano Diretor Municipal? Já está pronto?

E o novo Mercado de Caminha? Que é feito dele?

E o viaduto de Ancora? Já há projeto?

E o anfiteatro das Muralhas? Já há projeto?

E o cais da rua para os Pescadores? Para quando a primeira pedra?

E a passagem de nível da travessa do Teatro? Quando abre?

E o cineteatro dos Bombeiros de Vila Praia de Ancora? Para quando a primeira peça?

A Nova Biblioteca de Caminha, a Ciclovia de Seixas e o Mosteiro de S. João de Arga foram projetos e candidaturas que o anterior executivo lhes deixou prontos. Mas e as obras? Arrancam ou não?

Pelo menos temos a certeza da abertura do Continente mesmo que às custas da morte do comércio local em Vila Praia de Ancora, pela localização que o senhor escolheu e decidiu.

Sr. Presidente.

Aqueles que votaram em si começam a desesperar. Pela simples razão que V. Exa. ainda não começou a cumprir o que lhes prometeu durante a campanha eleitoral.

Já se aperceberam que V. Exa. não tem maturidade política para ser Presidente da Câmara e, pior do que isso, não tem um projeto político para o Concelho de Caminha.

V. Exa. corre o risco de se tornar o pior Presidente de Câmara que Caminha alguma vez teve.

Por todas estas razões, Sr. Presidente, retiro-lhe a nossa confiança política."



Assembleia Municipal de Caminha

“Sr. Presidente

V. Exa prometeu-nos um Verão “5 estrelas” a nível da nossa programação cultural, com o único objetivo de catapultar o Concelho de Caminha para os roteiros turísticos nacionais e tornar Caminha um pólo de atração irresistível.

Tal qual fizemos no passado.

Até aqui, V. Ex.a estava no caminho certo.

O pior foi a partir daqui.

V. Exa. introduziu dois eventos, um em Vila Praia de Âncora – Viagens à Terra Nova – e outro em Caminha – Entre Margens – que foram um exemplo do que não se deve fazer.

Foram dois eventos mal preparados, mal estruturados, mal divulgados, mal publicitados, que depois na prática se revelaram em dois fracassos colossais.

A continuarem, devem ser melhor pensados, melhor publicitados e com outra data de realização.

E com duas agravantes.

Para realizar “Viagens à Terra Nova”, V. Exa. encurtou a “Festa do Mar e da Sardinha” de 10 para 4 dias, destruindo uma festa já consolidada não só no Concelho de Caminha como em todo o nosso litoral, prejudicando seriamente a nossa restauração e o nosso comércio.

Para realizar o “Entre Margens”, V. Exa. encurtou a “Feira Medieval de Caminha” de 10 para 4 dias, destruindo uma festa já consolidada no nosso Concelho e com um prestígio internacional, causando sérios e graves prejuízos para a restauração e comércio Caminhense.

V. Exa. “com um tiro não matou 2 coelhos”, mas destruiu os 2 eventos principais que o Concelho de Caminha tinha, e que estrategicamente se realizavam em Vila Praia de Âncora e Caminha.

Não sabemos que tempo vai demorar voltar a revitalizar estes 2 eventos.

Além do mais, V. Exa. não beneficiou com o mesmo peso e a mesma medida, a programação de verão nas vilas de V. P. Âncora e de Caminha.

Vila Praia de Âncora ficou prejudicada em quantidade e em qualidade.



Assembleia Municipal de Caminha

Este ano, aquilo que V. Exa. chama de ano zero, está visto que foi um fracasso. Para o próximo ano espero que V. Exa tenha, não 5 estrelas, mas uma autentica Via Láctea a iluminar-lhe as ideias e o caminho. A bem de Caminha.”

“Ex. mo Sr. Presidente

Tivemos conhecimento que no âmbito do Programa PROMAR foi autorizada uma candidatura do Executivo anterior, para a construção de um tanque de retenção de lampreias na Freguesia de Seixas, cuja finalidade será a de facilitar o comércio da venda deste ciclóstomo.

Pergunta-se:

- V. Exa. confirma esta informação?
- Pretende avançar com a obra?”

“Sr. Presidente

Como Deputado Municipal que sou há 13 anos, tenho utilizado desde o primeiro momento, a Assembleia Municipal como veículo de excelência para divulgação de certos eventos que podem ser dinamizadores do desenvolvimento do Concelho de Caminha.

Sempre disse que o nosso Concelho possui alguns diamantes, que, se bem lapidados, podem ser a nossa salvação, quer em termos turísticos, que em termos económicos.

É já neste fim-de-semana que se realiza a IV edição do Trail da Serra de Arga.

É só um exemplo, de um nosso diamante, entre muitos outros, que foi bem lapidado desde o primeiro dia.

O seu sucesso, só é possível, porque tivemos dois homens determinados, dois homens que acreditaram que os sonhos também se realizam. Desde que haja determinação.

Obrigado Carlos Sá por acreditares em Caminha.

Obrigado Flamiano Martins por acreditares em Carlos Sá.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Caminha agradece.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa** disse ainda que se desse cumprimento ao Regimento do Provedor do Município de Caminha, uma vez que foi apresentado a este órgão sem que fosse constituído nenhum grupo de trabalho para a sua elaboração, e que o deveriam ter feito, apresentaram o nome do Provedor e não constituíram nenhum grupo de trabalho para discutir esse nome, o que deveriam ter feito, e no entanto depois de ser eleito o Provedor esqueceram-se dele, assim solicito que se dê cumprimento à alínea b) do n.º 2 do artigo 12.º do Regimento do Provedor, para que as pessoas tenham conhecimento e se possam inscrever.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora**, António Brás saudou todos os presentes e deu início à sua intervenção:

“Esta minha intervenção deve-se ao facto de me sentir visado pela intervenção do Sr. Vereador Flamiano Martins na última Assembleia quando relativamente ao programa Semear para Colher referiu que os presidentes de Junta foram os responsáveis pela atribuição aleatória dos suínos, aves e sementes e que ainda se encontravam dois nesta Assembleia.

Senhor Vereador, quero dizer-lhe que tenho orgulho em ser um deles. Tenho orgulho ainda na forma humilde como sempre tenho procurado gerir as mais diversas situações, sem nunca me furtar às minhas responsabilidades, dentro daquilo que considero ser a normal dignidade, muito menos, declinando-as para outrem.

Tenho em minha posse um documento que oportunamente a minha Junta enviou à Câmara de então a solicitar a atribuição dos bens a um determinado requerente, fazendo alusão ao parágrafo 5 da página 1 das referidas das normas de participação, que passo a citar:

"O Projeto "Semear para Colher" pretende promover e incentivar a produção agrícola familiar, fomentando a prática da agricultura de subsistência,



Assembleia Municipal de Caminha

promovendo a ocupação de terras não cultivadas e complementando a economia familiar".

Neste contexto importa deixar patente que a decisão final por inerência caberia sempre aos promotores do projeto, e nunca a qualquer Presidente de Junta.

Neste contexto foi ainda público, nomeadamente numa reunião ocorrida no dia 10 de Abril de 2013, nas instalações da Junta de Freguesia de Dem, que o senhor Vereador quando questionado sobre os procedimentos a levar a efeito devido ao prazo da primeira fase ter expirado, informou a plateia, "que enquanto aparecessem candidatos se atestasse favoravelmente pois possuía verba suficiente para o efeito".

Desta forma e sem qualquer informação de cessação do programa a última documentação emitida pela Junta de Freguesia de Âncora para o efeito reporta-se a 4 de Setembro de 2013.

Termino solicitando ao Sr. Presidente da Assembleia que a título de exemplo possa incluir o referido documento em ata, pelo que entrego á Exma. mesa cópia do mesmo.

Os Anexos ficam a fazer parte desta ata."

O **Senhor Deputado Hugo Martins** saudou todos os presentes e deu início à sua intervenção:

"O verão, a época balnear e a projeção do concelho

Terminamos há dias a época balnear, depois de um Inverno que foi muito duro e rigoroso, causando danos nas praias de moleado e vila praia de Âncora. É de realçar o esforço que este executivo fez para resolver os problemas e para que a época balnear se realizasse em condições de segurança e de bem - estar cumprindo o objetivo de tornar as praias passíveis de serem utilizadas e de serem visitadas, como no caso de moleado com a obra de consolidação da duna e com a reposição do curso do rio em Vila Praia de Âncora.

As praias de Caminha tiveram a bandeira Azul, "Praia Acessível, Praia para todos" e qualidade de Ouro.



Assembleia Municipal de Caminha

Sr. Presidente, esperamos todos que sejam criadas as condições necessárias para içar no mais curto espaço de tempo a Bandeira Azul na praia de Vila Praia de Âncora.

O verão no nosso concelho é uma época de excelência para o desenvolvimento da economia local, mas também um momento crucial para deixar a marca do nosso concelho na mente de todas as pessoas que nos visitam e escolhem esta região para passarem as suas férias.

Embora a meteorologia não tenha sido a desejada, o concelho conseguiu dar uma resposta forte, apresentando e dinamizando um conjunto de atividades diversificadas a nível desportivo e cultural, de elevado grau qualitativo.

Vou referir alguns dos eventos que foram marcantes e que criaram um impacto positivo projetando a imagem do nosso concelho:

- 1) O assinalar do 90 (nonagésimo aniversário) da passagem de Gontinhães a Vila Praia de Âncora, com o hastear da bandeira, conversa de praia "Vila Praia de Âncora- 90 anos e o concerto de Teresa Salgueiro;
- 2) A Festa do Mar e da Sardinha, com a mostra de produtos e da gastronomia, com destaque para a sardinha, com animação permanente e exposições, que fizeram com que este certame superasse as expetativas, nomeadamente a nível do número de visitantes. Sendo a gastronomia, efetivamente o grande polo de atração deste evento, saliento também a exposição "As raízes da comunidade piscatória de Vila Praia de Âncora" que muito significam para a comunidade piscatória e população da vila.
- 3) "Viagens À Terra Nova" — Memórias da Pesca do Bacalhau: este evento valorizou a atividade piscatória e o seu legado histórico na pesca do bacalhau, prestando uma homenagem aos pescadores da nossa terra pela bravura demonstrada e pelas lutas travadas no mar da terra nova.
- 4) A Feira Medieval de Caminha, com taberneiros, mercados (alimentares e não alimentares) e animação permanente. Esta XI edição, ficou marcada de forma muito positiva pela afluência de público e pelas vendas efetuadas. Este evento continua a ser uma referência para o concelho dado o elevado número de pessoas



Assembleia Municipal de Caminha

que nos visitam com o propósito da vinda à feira medieval, confirmando assim a sua dimensão e importância.

5) O concerto do Anselmo Ralph foi um evento de sucesso, sendo conveniente realçar que foi negociado com os seus promotores para que parte do valor dos bilhetes reverteresse a favor dos bombeiros.

6) O Festival Vilar de Mouros colocou novamente caminha no mapa dos festivais.

7) O concerto de Ana Moura e António Zambujo.

8) O Certame Caminha ao Piano.

9) A tertúlia "à conversa com o escritor Richard Zimler".

10) O II Triatlo Longo de Caminha.

11) A comemoração do Dia dos Avós.

Deste modo, não posso deixar de enaltecer e agradecer a colaboração e o espírito dos estabelecimentos comerciais do concelho, assim como, todo o tipo de associações e instituições que se juntaram aos eventos com uma participação ativa, dinâmica e muito positiva para o município.

Deixo uma mensagem de agradecimento às comissões organizadoras das festividades religiosas do concelho, em particular e porque sou de Vila Praia de Âncora, os meus parabéns à organização, aos voluntários e a todos aqueles que participaram e tornaram possível a Festa da Sra. Da Bonança.

As nossas praias, como já referi, são de extrema importância para o concelho, são pérolas que temos que cuidar, e desta forma, todos os agentes que tornam possível a sua limpeza, a sua segurança e o cumprimento dos requisitos legais devem ter desta assembleia uma palavra de agradecimento, pelo seu trabalho e desempenho.

Por isso, a todos os nadadores-salvadores, à polícia marítima/capitania do porto de caminha e àqueles que prestaram serviços de limpeza e cuidado por esta nossa riqueza natural, um muito obrigado.

Facilmente percebemos que o concelho está com mais vitalidade e visibilidade, está a crescer a nível de notoriedade e imagem, aparecendo em vários programas televisivos e informativos, transmitindo a sua cultura, a sua beleza e as suas



Assembleia Municipal de Caminha

gentes, quer através de informação escrita, em jornais, quer através da televisão das rádios, redes sociais, da publicidade e promoção associada aos eventos, atraindo cada vez mais pessoas para visitar o concelho.

E isto é fruto de uma agenda cultural diversificada, uma aposta forte na qualidade das atividades e organização das mesmas, assim como a capacidade de envolver todos os agentes da comunidade.

O concelho de caminha está assim no caminho certo para aparecer no mapa dos roteiros turísticos nacionais e internacionais, e contamos com todo o empenho do município, através do seu executivo, para fazer do concelho uma referência turística, vital para o desenvolvimento económico, empresarial e social

Contudo, Sr. Presidente da Câmara, o Verão acabou, estamos apreensivos e preocupados com o próximo Inverno e com a ocorrência de condições adversas, estando a população interrogada com a duna dos caldeirões. Por isso, gostaríamos de ver esclarecido o problema da Duna dos caldeirões, e pergunto - lhe Sr. Presidente, quando será feita a intervenção ou resolvida esta situação.

Um outro assunto que gostaria de ver esclarecido é o problema da iluminação do Parque Dr. Ramos Pereira. Este assunto causou grande preocupação dos utentes e da população de Vila Praia de Âncora, dado que algumas lâmpadas deste recinto estiveram inativas. Queremos saber, Sr. Presidente, o porquê da dificuldade da reposição da iluminação neste local.”

O Senhor Deputado Celestino Ribeiro deu início à sua intervenção e disse:

“A cada mandato de quatro anos, tradicionalmente a hegemonia bicolor dos executivos garante que um é reservado ao estado de graça e outro à preparação do ato eleitoral, que poderá ou não garantir a reeleição, restando apenas dois para servir efetivamente o compromisso assumido. Mas com tanta perturbação nacional, entre um partido à procura de liderança e outro com líder sem memória, as repercussões locais fazem-se sentir, diminuindo infelizmente o exercício político dos eleitos, gerindo-se os trabalhos da Câmara Municipal de Caminha por entre radares sociais que, não fosse a gravidade da situação, faria o entretenimento dos



Assembleia Municipal de Caminha

munícipes. Desta assembleia, para infelicidade do proveito recreativo faremos voz do que julgamos ser importante perceber, no momento, do exercício municipal. Desde logo o balanço que fazemos de mais um Verão. As dinâmicas económicas aparentemente desfavorecidas pela variação climática parecem ter sido conseguidas em diversos setores, importando agora perceber se o executivo camarário foi ou não impulsor de um maior número de visitantes. É nossa opinião que houve uma enorme disparidade na qualidade dos eventos, e, embora julguemos que sem intenção, a verdade é que foi em Caminha onde a maior qualidade se fez sentir. De resto, substituiu-se a animação pela ocupação dos espaços públicos, havendo hoje passeios onde a passagem a peões está impedida e pracinhas onde os volumes comerciais jazem ad aeternum. Não que a ocupação não se compreenda em certas alturas, mas a perenidade revela falta de pensamento urbanístico e levanta dúvidas quanto à ocupação do espaço público, com regulamento aprovado já no presente mandato. Mas voltando aos eventos, foi visível a grande capacidade criativa das populações que de forma genuína se entregaram à criação de eventos de interesse público, infelizmente não acompanhados, em nosso entender, pela Câmara Municipal. Passado o primeiro Verão de liderança PS na Câmara é claro que, se antes havia uma Câmara sufocante, sobrepostamente presente em tudo e em todo lado, agora temos o deserto e o dilúvio, com eventos sem a presença de qualquer membro e sem qualquer envolvimento promocional, e outros com uma entrega total do executivo. É curioso sentir essas diferenças, mas é igualmente assustador porque se percebe que afinal não houve uma perspetiva de continuidade e de afirmação de um concelho vocacionado para fazer do Verão um momento alto do turismo local. E mais, revela que a Câmara Municipal é gerida aos solavancos, sob o empurrão do interesse de alguém que julga interessante a matéria em causa, ou a remete para o desinteresse. Não seria má ideia colocar vários avaliadores do interesse, e sempre se julgaria tudo interessante. A única tónica de ligação esteve justamente nas estruturas aproveitadas para vários eventos, que, percebendo-se a otimização, acabaram por provar que os nomes diferentes não se traduziam em eventos



Assembleia Municipal de Caminha

distintos. Até em alguns cartazes isso foi visível, como na festa do mar e da sardinha a partilhar espaço com o bacalhau da Terra Nova, uma apregoada novidade que ficou muito aquém das expectativas. O mesmo aconteceu com o Entre Margens e a Feira Medieval, confundindo-se o tempo e a história, havendo apenas como registo inovador o baile em plenos Paços do Concelho, numa abertura do edifício Camarário aos seus legítimos detentores, o povo, que aí dançou e se divertiu, numa ação popular livre e espontânea.

E entrando na música que dizer sobre Vilar de Mouros!

O despotismo e a autocracia meramente eleitoralista do PSD na liderança da Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Vilar de Mouros em final de mandato, provocaram uma herança pesada para o município e para a Freguesia de Vilar de Mouros. No tempo a CDU afirmou a sua firme convicção que o mítico festival de Vilar de Mouros, pela sua história, pela sua importância enquanto evento e pela sua projeção nacional e internacional não merecia o mal trato a que o PSD na altura o quis submeter. Mudadas as cores políticas no concelho, assumiu o PS, na liderança da Câmara Municipal, dar continuidade a um protocolo negado por todos, sabendo das razões que assistiam às populações e sobretudo das fragilidades que a AMA apresentava nesta matéria. Não seria com certeza a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros a contrariar esta opção, mais até porque também ela herdou o pesado fardo deixado pelo executivo anterior. Provavelmente o desejo dos executivos Camarário e da Freguesia aliou-se à vontade de todos que, como nós, querem ver o Festival de Vilar de Mouros novamente no lugar que lhe cabe, assumindo o seu valor de pioneiro e pautando-se pela diferença, pela identidade, pela alma que lhe imprime o cariz de qualidade, de valorização das artes, em particular da música, na revelação de talentos e na consolidação de projetos que a indústria musical acaba por assimilar. Por isso a freguesia se entregou e honrou os compromissos, independentemente da certeza de que a atitude comprometedora do PSD antes das eleições representa uma afronta às decisões coletivas da freguesia. É que o Festival fez a sua história também pelo povo e foi na ruralidade pura, no encontro intergeracional e cultural que o ícone de Vilar de Mouros se



Assembleia Municipal de Caminha

afirmou. E foi aí que em toda a linha, e apesar dos esforços dos locais, falhou esta organização. E reafirmamos, falhou a organização mas não o Festival. Falhou a organização por descaraterizar o Festival, por tornear e deambular entre promessas expectantes e realidades bem distantes, por desvalorizar talentos locais com provas dadas em tantos eventos no concelho e fora dele, por se assumir como outro o objeto do Festival contrariando a história e o altruísmo de homens, como António Barge, que com coragem e ousadia souberam fazer deste espaço a casa livre da música, sem telhados e sem preconceitos culturais. Falhou a organização por não saber organizar nem comunicar, sem cartaz quase até ao início do festival, com um discurso pobre e titubeante, culminando, pasme-se, com a afirmação final de que afinal apenas tinha sido o ano zero do Festival, num claro desrespeito pelo passado histórico de Vilar de Mouros. O único zero válido foi a avaliação a esta organização escolhida pelo PSD, mas não ao Festival. O Festival de Vilar de Mouros é superior a estas organizações, cujos representantes parecem buscar nelas a seriedade e competência que provavelmente lhes falta. O festival de Vilar de Mouros deste ano não correspondeu às expectativas porque o PSD impôs uma organização incapaz, desligada das populações, obrigando a Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Vilar de Mouros a honrar os compromissos que o PSD assumiu em nome do município e da freguesia. Podem brincar aos argumentos, podem falar do cartaz peio cartaz, mas não é apenas dele que o festival se faz. E mesmo com a informação tardia, mesmo com uma divulgação pobre em qualidade que nunca resgatou a importância histórica deste Festival, foram muitos os que não deixaram de passar por Vilar de Mouros. Não tantos quanto o Festival merece, mas os suficientes para gritar bem alto naquele recinto que a nulidade da organização jamais matará a memória e a importância de Vilar de Mouros. Não peçam desculpa, impeçam sim que esta situação se repita e assumam-se capazes de estar à altura do Festival.

No contraponto é com ânimo que registamos a afirmação do Festival SonicBlast, a construir ano após ano a sua história e a estabelecer-se como festival temático musical. Hoje é já possível nomeá-lo no percurso das bandas, nas opções jovens,



Assembleia Municipal de Caminha

no destino agendado nas férias de Verão, sendo já significativo o impacto positivo na economia local e na vida estival do concelho de Caminha.

Felizmente não olhou o PSD para o SonicBlast antes de terminar o mandato!

Muitas outras falhas se repetem, ano após ano, sendo estranho que não tenha havido ainda possibilidade de se trabalhar num acordo entre Câmara e Marinha para garantir a abertura continuada do Forte da Lagarteira, ou a recuperação do Forte do Cão. E que dizer do Dolmen da Barrosa que virou um misto de história desportiva agrícola ou algo que o valha! Mas a repetição mais impactante é sem dúvida a draga no Portinho. É recorrente ao longo dos anos a discussão nesta assembleia e na praça pública, sempre apontando para que não é viável a todos os níveis esta situação e que uma solução profundamente estudada tem que ser apresentada. Também não é menos verdade que o executivo atual seguiu a pegadas do anterior, e à entrada da draga lá estava com as palavras de sempre, com a importância da navegabilidade no Portinho e da segurança, como se não fosse por isso que se constroem os portos de mar, e que será estudada uma solução definitiva para o problema. A verdade é que chegou a altura da Câmara Municipal exercer efetivamente a pressão necessária para envolver o Governo na busca de uma solução, à semelhança do que disse ter conseguido na rutura do cordão dunar. E essa é outra matéria que importa referir já que há duas assembleias nós defendemos um estudo aprofundado para garantir uma boa aplicação dos 1,4 M€ disponibilizados. Na altura foi-nos respondido que já estava definido o plano de trabalho, com uma intervenção imediata ligeira e outro, mais laboriosa, no final do verão. Estamos no Outono e esperamos informações.

Igualmente solicitamos informação sobre o ponto de situação à revisão do PDM, neste longo processo que provavelmente colocará o concelho de Caminha na história pela mais longa revisão realizada até à data.

Finalmente mostramo-nos solidários com a população de Vilar de Mouros, fustigada na passada semana pelo mau tempo, e estamos convencidos que as ajudas necessárias foram disponibilizadas, e se não o foram esclareça o Sr. Presidente da Câmara das razões para que não tenham sido."



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Fernanda Viana** saudou todos os presentes e deu início à sua intervenção:

“Ao longo destes últimos anos, o PS tem vindo a assistir a um ataque sem precedentes aos serviços de proximidade prestados pelo Estado. O Concelho de Caminha não foi exceção no tocante a esta política regressiva por parte do (des)Governo de coligação PPD-PSD/CDP-PP.

Foi assim na tentativa de encerramento do Tribunal de Caminha, na tentativa de encerramento do Serviço de Finanças e, no encerramento de escolas no concelho. Na pretérita semana assistimos aos nossos governantes virem pedir desculpas pelo falhanço do resultado suas políticas. Foi assim com o Ministro da Educação, e foi assim com a Ministra da Justiça. Como se um mero pedido de desculpas resolvesse o Estado de “CITIUS” em que se tornaram os tribunais, e como se um pedido de desculpas reorganizasse toda a barafunda criada no arranque do novo ano letivo.

A verdade é que, muito embora esta marginalização a que o concelho de Caminha tem sido votado ao longo destes últimos 3 anos, por parte do Governo Central, a Câmara Municipal de Caminha não tem baixado os braços e contra tudo e contra todas as expectativas, conseguiu fazer com que o Tribunal e as Finanças ficassem no nosso concelho. Este é um exemplo de coragem e resiliência política a que não podemos ficar alheios.

E esse exemplo de resiliência é por demais notório, no esforço feito por parte da autarquia caminhense, que evitou que os meninos que frequentavam o jardim-de-infância do Socorro, em Venade, fossem transferidos para o Jardim de Infância de Moledo

Não poderíamos estar mais satisfeito por ver que o executivo municipal não baixou os braços e lutou pelos interesses das crianças e jovens da União de Freguesias de Venade e Azevedo.

Agora temos uma escola com espaço para as crianças do infantário e para os meninos do primeiro ciclo. Isto sim é apoiar a população e prestar um bom serviço



Assembleia Municipal de Caminha

à comunidade. É um esforço financeiro que é recompensado pela qualidade de vida que damos aos nossos mais jovens.

Seguimos de perto as declarações do Sr. Presidente de Junta de Venade e Azevedo, o qual declarou que “ Finalmente mantemos alguma vida em Venade”.

Assim, o PS congratula-se com esta medida e deseja a todas as crianças e jovens do concelho um ótimo e satisfatório ano escolar.”

A **Senhora Deputada Paula Aldeia** saudou todos os presentes e deu início à sua intervenção, focada em alguns pontos que haviam sido focados em anteriores declarações desta Assembleia.

Sobre o Ferry e relativamente ao que foi referido sobre o gasto de 900€ por dia para dragar o rio, e que o problema não está resolvido, que a Câmara não se importa com as dívidas, questionou sobre o que foi efectivamente feito nos últimos 12 anos pela dragagem do rio Minho, pelas cobranças das receitas que agora estão realmente a ser feitas.

Já sobre o assunto do Continente, a Deputada referiu que aquilo que o Comércio Local tinha a perder, já perdeu com a instalação de outras superfícies de igual dimensão àquela que agora se vai instalar no Concelho; assim, os únicos que poderão perder agora são aqueles que detêm o monopólio, mas não o pequeno comerciante.

Sobre as Eleições para as Federações do Partido Socialista, a Deputada referiu que ficou surpreendida como estas preocuparam o PSD, uma vez que crê que numa Assembleia Municipal, onde se devem discutir assuntos do interesse do Município, não devem ser discutidos os debates internos do Partido Socialista, por não ter qualquer interesse neste fórum.

Finalmente, e relativamente às palavras do Deputado Rui Taxa sobre o GPS, esta Deputada afirmou que na realidade o Concelho de Caminha ganhou um GPS no dia 29 de Setembro de 2013.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Manuel Falcão** referiu que mais uma vez fica surpreendido com a intervenção do Sr. Deputado Rui Taxa uma vez que crê que este não poderia estar a referir-se nas suas intervenções ao nosso Concelho, mas sim a um outro local qualquer. Questiona como pode o Deputado ter afirmado que é retirada a confiança política ao actual Presidente da Câmara, se esta nunca lhe foi dada. O documento com a informação Municipal para esta Assembleia que lhes foi distribuído, como refere, descrevem inúmeras situações, nomeadamente algumas obras de saneamento, Escola Básica de Venade, Nova Biblioteca de Caminha, Intervenção e Recuperação do Mosteiro de São João D'Arga e Praia da Gelfa, que diferem de todo com o cenário deste Concelho apresentado pelo Deputado Rui Taxa, um deserto.

Seguidamente felicitou o Sr. Presidente da Câmara e a própria Câmara Municipal pelo facto de ter trazido ao Concelho a Equipa Profissional do Boavista, uma vez que sobretudo ao nível dos jornais desportivos, o Concelho tivesse alguma cobertura, sugerindo parcerias semelhantes com outras equipas desportivas pelas mais-valias de que o Concelho de Caminha goza com tais situações e pelo reconhecimento da qualidade das infra-estruturas que possuímos.

Felicitou ainda pelo que tem sido uma gestão financeira do Município devidamente rigorosa e equilibrada, uma vez que se soube recentemente que no 1º Semestre de 2014, a Câmara Municipal gastou menos 1,2 milhões menos o que em igual período do ano passado, atendendo que tal foi feito com a diminuição dos impostos que a Câmara decidiu para os Municípes, ou seja, da receita.

Referiu que apesar dos representantes do PSD tentarem defender que não deixaram qualquer situação financeira incómoda para o actual Executivo, tal não era a realidade e por isso se propunha à intervenção que realizava da forma mais clara que lhe fosse possível.

Assim, pedia um esclarecimento ao Sr. Presidente de Câmara, se este tiver informações e elementos para tal. Referenciou então o PAEL, que explicou ser um instrumento financeiro criado através da Lei 43/2012 de 28 de Agosto, que gera um fundo financeiro a que as Câmaras poderiam recorrer para pagar dívidas vencidas



Assembleia Municipal de Caminha

a fornecedores. Seguidamente leu o nº 1 e 3, do Artigo 1º da referida Lei: “ É criado o Programa de Apoio à Economia Local – PAEL – o qual tem por objecto a regularização do pagamento de dívidas dos Municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direcção Geral das Autarquias Locais à data de 31 de Março de 2012” ; “Os Municípios aderentes ao PAEL são autorizados a celebrar um contrato de empréstimo com o Estado nos termos e condições definidos pela presente Lei”. Assim, esclarece, este “envelope financeiro”, não era dado aos Municípios, era sim um empréstimo do Estado a estes últimos; o Município de Caminha apresentou uma candidatura em Outubro/Novembro de 2012 e conseguiu do PAEL cerca de 2.300.000 Euros para, como prevê a Lei, aos fornecedores.

Seguidamente, e expondo o documento Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2013, editado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, com a chancela do Tribunal de Contas, refere que este “apresenta uma análise económica e financeira das contas dos Municípios relativas ao exercício económico de 2013”, como vem descrito na Introdução do referido documento.

Relativamente ao Município de Caminha, este documento, na página 101, diz: “Assim, 68 dos 95 Municípios que receberam empréstimos ao abrigo deste programa – PAEL – apresentaram diminuição da dívida a fornecedores de curto prazo em montante igual ou superior ao recebido”; “Há, não obstante, 23 Municípios abrangidos pelo PAEL que apresentaram diminuição da dívida aos fornecedores em montante inferior ao valor do empréstimo recebido”; “Há ainda Municípios beneficiados pelo PAEL que continuaram a apresentar aumento da dívida a fornecedores, apesar da amortização efectuada com as tranches recebidas pelo PAEL. Assim, considerando apenas a dívida a curto prazo de operações orçamentais, verificam-se que estiveram nesta situação, com acréscimo de dívida orçamental a pagar de curto prazo, 8 Municípios que receberam empréstimos ao abrigo do PAEL, dos quais destacamos os 4 com maior crescimento da dívida: Caminha – 7,1 Milhões de Euros.”

O Deputado referiu que aquilo que aparece descrito é que a Câmara Municipal de Caminha foi buscar 2 300 000 Euros ao PAEL para pagar a fornecedores com



Assembleia Municipal de Caminha

dívidas vencidas em mais de 90 dias e, não obstante isso, aumentou a dívida de curto prazo a fornecedores em mais de 7 Milhões de Euros. Se o objectivo do recurso a este Programa era o pagamento e até a eliminação da dívida a curto prazo a fornecedores, aquilo que aconteceu com o Município de Caminha no exercício do anterior executivo do PSD foi que recorreu a esse programa e ainda aumentou ou incrementou essa dívida em mais de 7 Milhões de Euros.

Assim, o Vereador dá conta da sua preocupação ao Presidente da Câmara, esperando da sua parte o esclarecimento que possa fornecer sobre esta matéria, esperando avidamente que o Presidente lhe responda que aquilo que acabou de apresentar não é verdadeiro, uma vez que quando tomou conhecimento de tal situação ficou extremamente preocupado, embora não estupefacto, uma vez que estava informado para a extrema situação que o actual executivo herdou do anterior.

O Deputado referiu que sabe que iria, após a sua intervenção, haver a tentação de pedir Direito de Resposta de alguns presentes; no entanto, alertou o Sr. Presidente que o Direito de Resposta não se destina a estas situações.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** saudou os presentes e deu início à sua intervenção, referindo que se prontificava a responder a algumas questões que lhe foram directamente colocadas, bem como a outras que vê interesse em clarificar.

Relativamente à situação da Duna dos Caldeirões, a questão mais complicada actualmente a nível ambiental do Concelho, referiu que efectivamente a intervenção estava prevista ser feita em duas fases, no entanto vai acabar por ser feita em três fases; a primeira fase era a de recolocação do rio no seu leito; a segunda fase que decorre, é uma intervenção de recuperação da margem esquerda do rio com a recuperação da duna, com as acessibilidades da duna, ficando apenas por resolver a questão da duna propriamente dita, uma vez que as soluções possíveis, do ponto de vista técnico, não são consensuais. Para este último ponto, há uma questão que é consensual, a de esperar que passe o Inverno sobre o evento. De qualquer forma, as intervenções previstas para esta segunda



Assembleia Municipal de Caminha

fase que está a decorrer – que está em fase de consulta pública e prevê um investimento de um pouco mais de 400 000 Euros – basicamente tem em vista a limpeza da duna Norte, recuperar os passadiços e consolidar a margem esquerda. Irá ser construído um pequeno deflector e um percurso alternativo ao rio – solução já utilizada há 20/25 anos atrás – para diminuir a força sobre a duna e ter alguns cuidados na questão da consolidação da duna Norte. Apesar de estarmos todos extremamente preocupados com a duna que caiu, a questão é muito mais grave na duna Norte, uma vez que quem acompanhou o processo da erosão a Norte que o rio foi provocando na duna, sabe que se corre o risco de destruição total da zona Norte na duna, o que provocaria danos e problemas ambientais terríveis na Avenida Ramos Pereira.

Como já havia referido, está em fase de consulta pública o projecto devidamente fundamentado e traduzido num caderno de encargos e a indicação que o Vereador possui por parte da Polis Litoral Norte é que uma vez cumpridos os prazos, estarão em condições de iniciar a intervenção.

Relativamente às questões sobre a situação do PDM colocadas anteriormente, referiu que no processo de elaboração de um PDM há que fazer um percurso por etapas.

A primeira tem a ver com as variadas ocorrências e condicionantes que o território tem que produzem limitações na utilização desse mesmo território, sendo elas as reservas ecológicas, reservas agrícolas, a rede natura, até a linha de comboio ou estradas; O Concelho de Caminha tem uma ocupação desse ponto de vista extensa, uma vez que grande parte do Concelho está sujeita a servidões terríveis, desde perímetros florestais, rede Natura (que ocupa cerca de 39% da área do concelho e que são locais de elevado nível de protecção).

Assim, o processo de construção tem a ver com a negociação com as várias entidades destas várias condicionantes; algumas delas estão já encerradas, como a Reserva Ecológica e a Reserva Agrícola e Rede Natura que estão praticamente encerradas. Depois existe todo o processo de construção dos perímetros urbanos que inclui as áreas já urbanizadas e as áreas susceptíveis de urbanização. Este



Assembleia Municipal de Caminha

trabalho em termos de proposta está concluído em 8 das 14 freguesias do Concelho, exceptuando uma das condicionantes que trará futuros problemas e se relaciona com as urbanizações do passado e os perímetros florestais. Ainda assim e à parte disso há propostas já concluídas em 8 freguesias e neste momento estas estão a ser apresentadas aos Presidentes de Junta dessas Freguesias; esse processo já foi feito com Seixas, Riba de Âncora, com Âncora e será continuado esta semana com Moledo.

O intuito é que o Presidente de Junta discuta o assunto com os seus Fregueses, reaja à proposta apresentada para que possam ser feitos ajustes possíveis e chegar a uma proposta final posta à discussão pública.

O Vereador afirmou que não lhe podem pedir qualquer prazo para isto, uma vez que todo o processo levará ainda algum tempo, no entanto clarifica que os passos que foram dados são já passos bastante consolidados e até com uma rapidez superior ao que ele próprio esperaria.

Relativamente à iluminação no Parque Ramos Pereira, disse que estas iluminárias têm de ser feitas por encomenda uma vez que não existem disponíveis no mercado e não são compatíveis com o que é usual e custam mais de mil euros cada. Houve a necessidade de aguardar 5 semanas para que estas fossem fabricadas tendo já sido entregues.

O Senhor Presidente da Câmara saudou os presentes e referiu que o surpreende haver um Deputado que questiona sobre quando estará pronto o PDM, se este é um PDM com 20 anos e está a ser revisto já há 10 anos. O trabalho não estava a ser feito e agora está a ser feito. O Senhor Presidente recordou que o PDM é uma questão fundamental em qualquer concelho, que tenha estratégia; este diz o que deve ser construído, onde, o que deve de ser comércio, para onde se devem apontar as construções de comércio, indústria ou o que se pretenda. O PDM é então o roteiro do que se pretende e o PSD durante os anos que esteve a rever o PDM não soube encontrar um destino porque não sabia para onde ia, pelo que estamos hoje com um instrumento de urbanismo de há 20 anos atrás.



Assembleia Municipal de Caminha

Referiu que tocar em assuntos como o Cine Teatro de Vila Praia de Âncora e os Bombeiros, depois de terem sido desmentidos publicamente através da imprensa apenas dois dias depois da última Assembleia pela Senhora Presidente dos Bombeiros é ser-se muito temerários, uma vez que tendem a ter de lidar com uma crítica bastante acentuada.

Seguidamente, referiu que falar de “banhada de Vilar de Mouros” é um ataque ao Festival de Vilar de Mouros, ao seu bom nome e à população de Vilar de Mouros; é proclamar um insucesso durante meses para se poder alardear de uma pequena vitória contra todo um Festival e o nome de um Concelho; no entanto não tiveram sucesso, pois a verdadeira “banhada” foi o conjunto de intervenções que tiveram sobre essa matéria, porque houve uma mobilização de muita gente ara que as coisas pudessem correr bem: O Festival teve 25000 espectadores que não corresponde aquilo que todos desejávamos, como referiu o Senhor Deputado da CDU, mas o trabalho foi feito, porque uns quiseram o sucesso do concelho e outros quiseram que Vilar de Mouros não existisse, porque sempre foram conta o Festival e ainda hoje continuam a ser.

Sobre o Verão, afirma o Presidente da Câmara que pode existir qualquer opinião, mas que o esforço que a Câmara Municipal fez foi para qualificar o Verão percebendo que este não deve de ser só um mês, mas sim três meses para que se possa depois catapultar todo este tempo de divulgação do Concelho para os outros meses de época baixa. Por muito que custe aos Senhores Deputados do PSD, que sempre criticam quando Caminha aparece na televisão, nos jornais ou na rádio, o facto de que tal aconteça é prova da capacidade de mobilização de uma imagem e de um conceito de Caminha que há muito tempo não se via. Referenciou que os eventos foram planeados para ter sucesso, para atrair pessoas, para mobilizar a nossa economia mas também para trazer pessoas diferentes que aqui não costumam estar; foram planeados de forma a não serem eventos fechados em si mesmos, de forma a atraírem o turismo residencial, o turismo ocasional e sobretudo, os 500 habitantes que o concelho de Caminha perdeu nos últimos 10 anos. Assim, quando os eventos sejam referidos, não serão apenas pelo evento



Assembleia Municipal de Caminha

em si, mas por todo o Concelho. Foi igualmente importante conseguir equilibrar os eventos, uma vez que um evento exageradamente longo em Caminha acaba por afectar o comércio em Vila Praia de Âncora e vice-versa.

Sobre a crítica deixava relativamente à discrepância entre Vila Praia de Âncora e Caminha no que toca à elaboração de eventos em ambas as localidades, o Presidente da Câmara afirmou que não concorda com a existência de tal discrepância; apontou que acha que Vila Praia de Âncora tem de ser exigente e procurar melhor, mas em Vila Praia de Âncora não deixou de ser feito qualquer evento que tivesse sido feito em passados Verão, uma vez que é necessário continuar a fazer aquilo que pode ser potenciado e feito bem.

Enunciando os vários eventos que se realizaram este Verão em Caminha, o Senhor Presidente da Câmara recordou o espectáculo da Teresa Salgueiro, ex-vocalista dos Madredeus, no Forte da Lagarteira que o actual executivo conseguiu abrir – e concordando com a intervenção do Deputado Celestino Ribeiro, que é necessário abrir e ser utilizado mais vezes; o espectáculo público da Sónia Araújo no Parque Ramos Pereira que trouxe crianças de todo o concelho; a cedência de espaço para várias Associações e Organizações do nosso Concelho e de fora dele que souberam dinamizar o espaço público; o torneio de Futebol de Praia de Vila Praia de Âncora; o espectáculo da cantora Capicua em Vila Praia de Âncora durante o Vila Praia em Flor. Ressaltou ainda, a capacidade do executivo ligar e dialogar com a Marinha e com os organismos do estado responsáveis para que fosse possível abrir um espaço que estique toda a Praia de Âncora que estava muito centrada ou na frente de mar no passeio que existe ou na zona do Parque Ramos Pereira; a Festa do Espadarte; A Feira Agrícola que será realizada já este fim-de-semana; o concerto do Anselmo Ralph que a oposição não gostou e sobre o qual tenta lançar uma polémica, a partir de fontes erradas e falsas relativamente aos valores que apresentaram.

Esta forma de ver os eventos, apontou o Senhor Presidente, é uma forma de os dinamizar como parte da nossa economia, é olhar para a frente. A Festa da Mar este ano, por exemplo, não foi igual a todas as outras anteriores, uma vez que este



Assembleia Municipal de Caminha

ano se avançou para a ideia de falar com os pescadores de Vila Praia de Âncora para que a sardinha da Festa do Mar fosse, precisamente, de Vila Praia de Âncora – foi vendida no evento uma tonelada de sardinha de alvorada pescada pelos pescadores de Vila Praia de Âncora, a quem esta foi comprada. O Evento “Viagens à Terra Nova”, e não à Noruega como foi referido, pois a Terra Nova não fica na Noruega, foi um evento que foi lançado agora e tem tendência para crescer e se afirmar, tendo já se afirmado no coração dos Ancorenses, em especial aqueles que estão ligados às viagens do bacalhau, potenciando as memórias de uma terra que merecem ser salvaguardadas. Assim, acrescentou, atacar o evento é igualmente atacar a memória e a raiz das gentes de Vila Praia de Âncora.

Finalizando este ponto, o Senhor Presidente dá nota de um Verão de cinco estrelas, que colocou Caminha no mapa e nos roteiros de animação deste último Verão e que, aprendendo com estes eventos realizados, se poderão melhorar e organizar mais e melhores.

Relativamente ao tema do Ferry - Boat e da sua situação, o Senhor Presidente apontou que é curioso notar a actuação do PSD: aquilo que é questionado ao executivo, o descontentamento da população e dos comércios que é o descontentamento do executivo, é que o Ferry não esteja a funcionar; no entanto, o antigo executivo não o colocou igualmente a funcionar, pelo que se verão familiarizados por uma situação que agora questionam. Assim, misturam a questão da dívida de La Guardia com o descontentamento dos comerciantes e população Caminhense, no entanto, a realidade é que estes não estão descontentes com a questão da dívida, mas sim com o facto de o Ferry não funcionar. O problema então do Ferry é um problema que vem de trás, no que toca ao desassoreamento do rio, porque durante anos não se fez o que se deveria fazer: manter o cais de navegação e manter a embocadura perfeitamente apta a poder navegar o Ferry.

Este executivo, tenta resolver este problema, pois só há uma maneira de resolver o problema deste assoreamento, é fazer o desassoreamento. Para o fazer, só se poderá fazer com a participação do Governo, uma vez que La Guardia já deixou claro que não tem capacidade para o fazer. Assim, poderia ter-se optado



Assembleia Municipal de Caminha

por deixar a situação assim, ou tentar resolvê-la e assim optou este executivo; para tal é necessário colocar uma draga a funcionar no local e ter capacidade financeira para o fazer. Desta forma, foi celebrado um contrato de prestação de serviços, de 18.000 Euros, ao mesmo tempo que era feita a manutenção do próprio ferry e de todo o pontão, para que seja retirada a areia do local. Se questionarem o Senhor Presidente e o executivo se estão contentes e satisfeitos como ritmo de resolução da situação, não o estão, uma vez que quem está a resolver o problema foi incompetente para o fazer no tempo que era necessário fazê-lo, pelo que hoje temos novamente a questão de como resolver esta situação. Ou é contratada outra draga que nos dê a capacidade de fazer aquela limpeza e nos garante que isso pode ser feito extraindo determinado tipo de metros cúbicos ou então esperamos para que o Estado co-financie. De todos os orçamentos que chegaram ao executivo, apesar de não ter sido aberto um concurso, mas por interesse próprio das empresas em questão, nenhum deles é inferior a 150.000 Euros e a Câmara Municipal de Caminha não tem, neste momento, condições financeiras para fazer frente a esta despesa, afirmou o Senhor Presidente da Câmara. No entanto, o que é possível fazer está a ser feito, que é pressionar o Governo e provavelmente poderá ser encontrada uma oportunidade de co-financiamento e, e assim se der, estará este executivo disponíveis para fazer a sua parte, pois este, como o problema da dívida do Ferry – que não foi este executivo a criar, mas que tem de ser este a resolver – são problemas que desejam que possam ser prontamente resolvidos. O problema da dívida existe, porque de 2000 a 2007 nada foi pago e nada foi exigido ou reclamado pelo executivo à época, deixando-se a situação “andar”, questiona o Senhor Presidente, se seria pelo motivo que ambos os executivos terem sido na altura da Direita. Nada foi exigido e então, em 2012, quis-se tentar uma acção judicial; o tempo foi deixado passar e o risco que se colocou nesta acção é o risco de prescrição que pode haver, o risco de nunca se recuperar o dinheiro em dívida. Este Município afirmou o Senhor Presidente, vai bater-se para recuperar o valor da dívida; a acção judicial existe e está suspensa à instância, mas o valor não é negociável por parte deste executivo, o dinheiro que La Guardia diz



Assembleia Municipal de Caminha

que pode prescrever porque Caminha a tempo não soube reclamá-lo, este executivo vai-se bater por ele até uma decisão final e até às últimas instâncias. O Senhor Presidente questionou porque é que durante sete anos não se quis resolver aquilo que era direito e porque se veio só por via judicial, mais tarde, reclamar o que poderia ter sido reclamado antes. O Senhor Presidente apontou que desconhece o porquê dessa situação, mas que suspeita que seria porque o anterior executivo não desejava o Ferry - Boat a trabalhar em Caminha. Assim, esta atitude que agora o PSD demonstra de se aliar à população legitimamente descontente é de todo suspeita e incompreensível, ainda mais quando em 2013, o anterior executivo quis acabar com o Ferry de tal maneira que chegou ao ponto de reunir com os funcionários camarários que nele trabalhavam, informando-os que postos de trabalho ocupariam em substituição dos que detinham na altura. Ora isto, é que o PSD nunca revela; neste assunto, refere, existem duas facetas: o PSD que não quer nem nunca quis o Ferry e demonstra agora um descontentamento sem razão e o PS que está a fazer tudo para conseguir que a dívida seja paga, para que haja dragagem do canal e para que o Ferry - Boat volte a funcionar.

Sobre questão financeira da Câmara, o Senhor Presidente diz que, apesar de chegar a ser exaustivo e moroso, esse executivo terá sempre de se bater pela verdade. A verdade é que o que foi apresentado pelo Senhor Deputado Manuel Falcão corresponde inteiramente aos factos: Caminha recebeu, no ano anterior de 2013, os tais 2.300 000 Euros de receita extraordinária, receita essa que não se repete, que entrou e não vai voltar a entrar e com essa receita a maioria dos municípios pagaram dívidas no exacto montante que receberão; Caminha aumentou em mais de 7 milhões de Euros a dívida a curto prazo.

Esta é uma herança muito difícil de gerir, afirmou o Senhor Presidente, no entanto o actual executivo tem a responsabilidade de a gerir. Este executivo tenta passar pelas dificuldades que enfrentam com um princípio, o de que só será possível uma economia sã em Caminha, terão de existir contas sãs, transparentes e certas e fazendo algo que não foi feito durante muitos anos, com realidade e com verdade, corresponder as despesas às receitas que temos. Diminuir despesas, referiu, é



Assembleia Municipal de Caminha

tomar algumas opções, é escolher e cortar em algumas situações; as dívidas a terceiros que eram a 31 de Dezembro de 2013 de 18,2 milhões de Euros, são agora de 16, 9 milhões de Euros; foi igualmente diminuída a dívida aos bancos, em 10 meses, em 5 %, pelo que o executivo deve menos 400 000Euros aos bancos; a dívida aos fornecedores de imobilizado desceu 319 %; os custos com conhecimentos e serviços externos diminuíram em 23%. Houve uma descida generalizada de acordo com os valores do primeiro semestre em praticamente todas as rubricas de fornecimentos: combustíveis, desceu 19%; material de escritório, desceu 20%; deslocações e estadias, desceu 75%; honorários pagos a peritos e a advogados, desceu 72%; publicidade e propaganda, desceu 42%.

Este é um esforço que é uma obrigação fazer, referiu o Senhor Presidente da Câmara e que tem tudo a ver com tudo aquilo que aqui foi dito e que vai no sentido inverso de quem não tem a visão e o discernimento de perceber o que é uma estratégia.

Assim, nas intervenções misturar questões da Federação, apelar à eleição do Presidente para a CIM e para o Eixo Atlântico – onde julga não ter sido perdida a confiança política -, lá fora referirem que o Presidente quer é ir para o Governo e que só anda a fazer campanhas para o futuro Primeiro-Ministro mas que depois não tem densidade e confiança política não faz qualquer sentido. O que magoa o PSD referiu, é que durante anos a trabalhar com governos PSD pouco foi conseguido a não ser trazer o Miguel Relvas a Caminha, no entanto esta Câmara já conseguiu resolver o problema da Duna dos Caldeirões com o Ministério do Ambiente, já resolveu o problema da Praia de Moledo com o Secretário de Estado do Ambiente que veio cá duas vezes, já conseguiu resolver o problema das escolas que o governo queria fechar, na Polis Litoral Norte já foi lançado projecto e vai ser continuado o trabalho e essas são as verdadeiras e absolutas diferenças entre executivos. Assim, finalizou o Senhor Presidente, a próxima vez que Caminha receber um Ministro, o PSD não precisa de lhe dirigir queixas de que houve falta de ajuda para o seu executivo e não para o actual, só conseguem com isso, ser alvo de chacota.



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Júlia Paula** referiu que a surpreendeu imenso o medo que o Deputado Manuel Falcão mostrou frente à possibilidade que algum membro da sua bancada usasse o Direito de Resposta, uma vez que em democracia não se deve de ter medo, não vendo qualquer problema em fazer qualquer Interpelação à Mesa sempre no esclarecimento da verdade. Acrescentou ainda que foi percebido com clareza o cenário montado pela intervenção, a eloquência das palavras, a estratégia combinada, tendo escolhido o local ideal para tal situação, o Teatro Valadares.

Seguidamente afirmou que não é aos Deputados que têm de ser ditas as coisas que foram apresentadas, uma vez que o que as pessoas sabem sobre o antigo executivo é que de facto então recebiam a horas e a tempo e que agora não o fazem; o que as pessoas sabem é se realmente a qualidade dos eventos foi aquela que foi prometida pelo actual executivo. A Deputada referiu que quem passa o tempo a fazer política do passado é o actual executivo, uma vez que nada têm para mostrar no presente; assim o que pretendem é rebuscar no passado para montar um cenário e uma história que agora lhes permita um dia destes pedir um resgate financeiro, dizendo que a culpa foi do passado.

O Senhor Presidente, aponta, quando foi eleito prometeu mais e melhor para Caminha, mas o que o senhor não seguiu foi o conselho daquele que o Sr. apoia agora como candidato para Primeiro-ministro que é “não esgravete no passado, construa o presente com os olhos no futuro”, uma vez que não são eles que o estão a enganar, mas sim os que rodeiam o Sr. Presidente e lhe dizem que está no caminho certo, quando, alerta a Deputada, não está.

Relativamente ao Ferry, a Deputada concorda com a intervenção do Sr. Presidente quando este referiu que herdou o Ferry, mas lembra que ela também o herdou; o Ferry foi, aliás, a herança de uma decisão política do PS que entendeu fazer a travessia internacional, com as consequências para o bem e para o mal. A Deputada questiona que se realmente, como o Presidente afirmou, a culpa da dívida é de quem não paga, porque é que a tentativa em boa-fé actual de que a



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

dívida seja paga “a bem” com acordos e protocolos é bem vista e não o é a mesma tentativa e postura, igualmente em boa-fé feito, pelo anterior executivo. Questionou porque tal situação é utilizada como “arma política de ataque”, quando o actual Sr. Presidente está actualmente a fazer o mesmo.

O que os Caminhenses foram capazes de verificar foi apenas que este executivo passou um ano alimentar este tipo de polémica.

Relativamente à questão económica, a Deputada pediu ao Sr. Presidente que este forneça as fontes e a documentação correcta, quando refere que as fontes utilizadas nas intervenções não são as correctas, para que possa ser feita uma oposição correcta. Recuperando os Concertos citados pelo Presidente da Câmara do Anselmo Ralph, da Teresa Salgueiro, entre outros, a Deputada questionou se estes estão pagos e quais foram os seus valores.

Ainda sobre a questão financeira, a Senhora Deputada dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que este deve às Águas do Noroeste 618 342 Euros, à SUMA 346 780 Euros, à VALORMINHO 91 269 Euros; quando a Deputada recorreu ao PAEL, foi para pagar facturas de águas, única e exclusivamente. Assim, foram pagas as facturas a um só fornecedor, às Águas do Noroeste, tendo efectivamente os prazos de pagamento, uma vez que estavam em litígio em termos de Tribunal e assim foi conseguido poupar um milhão de Euros.

Afirma, o Sr. Presidente não tem a legitimidade de dizer que poupou um milhão de Euros, pois não o poupou; no 1º Trimestre de 2014 teve um saldo negativo de 724 mil Euros, no 2º Trimestre de 2014 teve um saldo negativo de 768 000 Euros, no 3º Trimestre um saldo negativo de 900 000 Euros, neste trimestre um saldo negativo de 1.000 800 euros.

Assim, finalizou, não é aos presentes que o Sr. Presidente tem que provar nada, mas sim ao povo Caminhense e esse sabe o que está a acontecer.

O **Senhor Presidente da Câmara** referiu que não há qualquer coerência em alertá-lo para não utilizar questões do passado e recorrer a episódios de herança de 2002.



Assembleia Municipal de Caminha

O Presidente afirmou que sim, esta Câmara poupou um 1,3 Milhões de Euros e que vai continuar a poupar, uma vez que nesta altura, no ano passado havia cabimentos na ordem de 7,5 Milhões de Euros a mais do que há agora. Prometia-se e cabimentava-se que outros tratariam, e outros tiveram que realmente tratar. Referiu ainda que a Câmara tinha compromissos assumidos em Junho de 2013 de mais de 8,5 Milhões de Euros do que este executivo tinha em Junho de 2014; assumia-se compromissos sem saber se os podiam pagar, acima do que se podia pagar.

Por isso, refere, durante meses esteve este executivo gerido a fundos negativos; se se quisesse, como aconteceu em Outubro, Novembro e Dezembro, comprar ou requisitar um prego, tal não era possível porque estavam em fundos negativos. Por isso, justifica, é necessário fazer uma gestão tão difícil do pagamento a credores, porque foi este executivo que teve que pagar no âmbito do seu orçamento, em conjunto do anterior executivo 7 Milhões de Euros. Estes tiveram de ser pagos sem terem sido gastos pelo actual executivo.

Por isto, afirma, a Câmara vai-se manter neste rumo e vai fazer as poupanças que tiver que fazer, como acabar com os problemas e conflitos judiciais, uma vez que por causa de uma delas este executivo vai ainda ter que pagar mais de 1 200 000 Euros. O Presidente referiu que tudo é pago dentro da lei, assumindo aquelas que são as regras da contabilidade e do Direito para poder cumprir e honrar os seus compromissos, que são obrigatórios de ser cumpridos. Economia sã só se pode fazer com economia sã e só assim poderão ser escolhidos os caminhos e as escolhas que nos leve a ter finalmente a Zona Industrial, avançar com projectos em carteira, fazer os trabalhos com as escolas e Freguesias, entre outros.

O Presidente finalizou, dizendo que o seu compromisso maior é com os Caminhenses, que o cumprirá e que esse é um compromisso com futuro.

3.º – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara



Assembleia Municipal de Caminha

sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O Senhor Deputado Rui Taxa disse o seguinte:

“Relativamente à situação financeira da Câmara Municipal Socialista de Caminha, não podemos deixar de realçar que a dívida da Câmara de Caminha cresce de uma forma desesperante, desde o primeiro dia, fruto de uma política despesista, demagógica e irracional.

Vejamos.

Em 17-06-2014, desde 1 de Janeiro até 17 de Junho, a Câmara Socialista de Caminha tinha em encargos assumidos e não pagos, isto é, tinha uma dívida de 1 Milhão e 800 mil Euros.

Em 17-09-2014, desde 1 de Janeiro até 17 de Setembro já tem uma dívida de 2.944.285,21 Euros.

Quase 3 Milhões de Euros, Sr. Presidente.

Em dois meses, V. Exa, deu-se ao luxo de quase duplicar a sua dívida.

Além do mais, para não se saber onde se gasta o dinheiro, o Sr. Presidente não faz acompanhar – como é de Lei – a informação financeira (que vos foi distribuída) da respetiva lista onde consta a relação da totalidade de compromissos assumidos e não pagos.

Isto é, o Sr. Presidente sonega, esconde a informação que deveria dar.

Vejam como funciona a transparência Socialista!!!

Com a agravante de utilizar o site do Município para difundir comunicados político partidários quando não dá em sede de Reunião de Câmara nem em sede de Assembleia Municipal, os elementos necessários para o apuramento da real situação financeira e política do Município.

Porque desta forma pode continuar com o discurso demagógico que tanto gosta de utilizar, e que os Caminhenses – especialmente os Caminhenses que votaram em si – já descobriram que não leva a lado nenhum.

Muito gosta o Senhor de dizer que não tem dinheiro para o Passeio dos Idosos, mas paga 9.600 Euros à Sónia Araújo.



Assembleia Municipal de Caminha

Muito gosta de dizer que não tem dinheiro para transferir para as Juntas de Freguesia, mas tem dinheiro para pagar 50.000 Euros ao Anselmo Ralph.

Para vermos até que ponto chega a sua demagogia, e a forma como engana os Caminhenses, veja-se a notícia onde diz que economizou 1 Milhão e 200 mil Euros, quando na informação financeira que distribuiu para esta Assembleia Municipal, se comprova que a sua dívida cresce exponencialmente precisamente mais de um milhão de euros.

E Sr. Presidente, não vale a pena vir dizer que esta dívida de curto prazo é do Executivo anterior.

Esta dívida é sua e do seu Executivo Socialista.

Esta dívida cresce desde Janeiro o dia 1 de Janeiro de 2014 e já ascende a 3 Milhões de Euros.

Se tivermos em conta que o Sr. Presidente ainda não fez nenhuma obra, e por isso ainda não gastou dinheiro nenhum em obra nenhuma – e que as obras que estão a pagar tem Fundos Comunitários – e que a dívida de curto prazo cresceu 1 Milhão de Euros em 3 meses, isto evidencia um total descontrolo financeiro.

E, se a estes 3 Meses, acrescentarmos as prestações dos serviços já feitos e que o Sr. Presidente não cabimentou, não requisitou e ainda não faturou, mas que vai ter que pagar porque os serviços estão prestados, então o desastre, o descontrolo, para além da ilegalidade, são evidentes.

Sr. Presidente.

O Senhor caminha para o abismo, está neste momento em bancarrota técnica.

Depois não diga que não foi avisado”.

O **Senhor Presidente da Câmara**, em resposta ao Senhor Deputado Rui Taxa disse que não percebeu a intervenção, uma vez que falou de saldos e números absolutamente fora do contexto atual. A realidade é aquilo que consta dos documentos e que estão mais que provados são os seguintes: dívidas a terceiros que eram a 31 dezembro de 18 236.909,00 mil euros, são agora de 16 906.893,00 mil euros diminuiu-se mais de 1 300 000,00 mil euros, diminuiu-se a dívida a



Assembleia Municipal de Caminha

bancos, diminuiu-se a dívida a fornecedores de imobilizado, diminuiu-se na despesa de matérias de escritório, gasolina e etc., disse ainda que em cabimento tem a menos 7 500.000,00 mil euros e de compromissos assumidos tem a menos 8.500.000,00 mil euros relativamente a junho. De 21 de outubro de 2013 a 31 de dezembro foram pagos 3.942.327,00 mil euros, em janeiro de 2014 também foram pagos 3.027.253,17 mil euros de compromissos assumidos pelo executivo anterior, acresce agora a responsabilidade de uma série de dívidas que correspondem a não pagamentos da ADSE de funcionários da Câmara, que correspondem a processos judiciais, resolvidos entretanto. Frisou que compromissos como estes, obriga a tomar decisões difíceis e menos agradáveis como não fazer este ano o passeio dos reformados, houve que fazer escolhas. Hoje gasta-se menos na Câmara Municipal, a execução orçamental da despesa está em linha com a execução orçamental da receita, não vale a pena escamotear e os Caminhenses sabem disso, existem documentos que falam por si porque existe transparência naquilo que se faz, existe diálogo e informação. Disse ainda que no momento a Câmara Municipal tem a menos em dívida 1 300.00,00 mil euros, baixando-se o passivo, as dívidas a curto e médio prazo, sendo este o compromisso que assumido para se poder aguentar a situação da Câmara.

b) – Aprovação do Novo Regimento da Assembleia Municipal Caminha

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa ao “**Novo Regimento da Assembleia Municipal de Caminha**”, conforme documento anexo, apresentado pelo grupo de trabalho criado para elaborar o Regimento da Assembleia Municipal de Caminha, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

c) – Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imoveis

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de setembro de dois mil e catorze, relativa à **“Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imoveis”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imoveis, **propõe-se** a aprovação das seguintes taxas:

- **Prédios Rústicos 0,8%;**
- **Prédios Urbanos 0,7%;**
- **Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,34%.**

- **Que haja redução até 50% da taxa do IMI a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural e outros imóveis reabilitados que detenham certificado de eficiência energética máxima.**

- **Que se apliquem as taxas de 0,8% e de 0,5% aos prédios urbanos e urbanos avaliados, respetivamente, que se encontrem devolutos ou que configurem risco para pessoas e bens, de acordo com parecer da Proteção Civil Municipal, bem como prédios em incumprimento de obras coercivas.**

- **Que se isentem os prédios rústicos cujos proprietários façam prova de atividade agrícola, florestal ou de ações de limpeza e desmatagem.**



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Lages**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, de seguida disse o seguinte:

“O Governo central do PPD-PSD/CDS-PP tem nos últimos anos, dizimado os portugueses ora com cortes, ora com aumentos de impostos, ora com ataques à função pública, ora com ataques aos pensionistas e aos jovens.

A verdade é que as famílias viram o seu orçamento familiar diminuir e os seus encargos a aumentar. Falamos das taxas para acesso à saúde, as taxas para acesso à justiça, entre tantas outras devastadoras taxas que sobrecarregam os portugueses e as nossas famílias.

É neste contexto que se evidencia a política de proximidade. Nunca foi tão premente uma política de apoio aos cidadãos como nos tempos de hoje.

Os políticos devem pautar o exercício do seu mandato com um objetivo claro: melhorar a qualidade de vida dos seus concidadãos.

Ora, no caso concreto, não poderia a bancada do partido socialista ficar indiferente a esta medida de apoio às famílias e à economia local.

É do conhecimento público que a Câmara de Caminha tem uma situação financeira desastrosa, herdada pelo anterior executivo camarário.

Não obstante, tal situação ruínosa, o certo é que o atual executivo sentiu a necessidade de adequar a carga fiscal às necessidades dos munícipes. E veja-se que, em menos de um ano, a Câmara Municipal **baixou os impostos pela segunda vez**, por forma a apoiar a economia e as famílias do Concelho.

A verdade é que, o PS é favorável a esta proposta, saudando-a veementemente, não deixando de demonstrar aqui a sua perplexidade pelo facto dos Vereadores do PSD terem sido contra esta mesma descida de impostos.

Desafiamos assim, os Ilustres Deputados do PSD a reverterem essa posição, votando aqui favoravelmente esta proposta que tem em vista o desafogo das famílias e o apoio à economia local.



Assembleia Municipal de Caminha

Relembramos que estão em causa cerca de 300 mil euros que reverterão a favor da economia e dos orçamentos das famílias do nosso concelho, sendo que esta decisão reduz em 0,34% a taxa a aplicar aos prédios urbanos avaliados em termos do CIMI.

MAIS, os imóveis que detenham certificado de eficiência energética máxima pagarão apenas metade do valor do IMI que lhes for atribuído. Em contra ponto serão aplicadas taxas mais elevadas aos prédios abandonados e degradados ou que configurem risco para pessoas e bens, de acordo com o parecer da Proteção Civil Municipal, bem como aos prédios em incumprimento de obras coercivas.

Esta é uma proposta séria, estruturada, amiga do ambiente e acima de tudo JUSTA.

Porque somos a favor do aumento do rendimento anual disponível das famílias e porque somos a favor do fomento do comércio de imóveis no concelho, o Partido Socialista votará favoravelmente a proposta que ora se debate”.

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro disse o seguinte:

“Houve da parte do atual executivo a promessa de reduzir os encargos para as famílias, no que se enquadra a presente proposta. É claro que a diminuição de impostos apenas se torna possível pela redução da despesa, possibilitando que a redução de encaixe financeiro do município não comprometa a execução orçamental, permitindo a sobrevivência e a saúde das contas da Câmara Municipal de Caminha. Por isso, esse é um argumento que em nada traça a política do concelho, reportando apenas a princípios técnicos lógicos de contabilidade e gestão financeira geral. Por outro lado, o partido socialista jamais poderá argumentar com o financiamento às autarquias porque carrega o ónus de criação de uma lei asfixiante e que dificulta o trabalho dos autarcas.

Ora é no quadro das políticas que felizmente se vê nesta proposta alguma incursão positiva na associação desta baixa de impostos a alguma reabilitação económica, em particular no setor da construção. Contudo não poderemos esquecer que é



Assembleia Municipal de Caminha

também no quadro das políticas municipais que as populações, com toda a justiça, se comparam. E se hoje o executivo se congratula com uma diminuição, esta fica aquém das que outros municípios do Alto Minho promovem nos seus respetivos concelhos. Vejam-se os casos de Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Valença, Paredes de Coura, etc...

Por outro lado não poderemos esquecer que se esta medida se prende com uma maior disponibilidade para as famílias deveria estar associada à taxa de participação no IRS, por exemplo, algo que se excluiu dos trabalhos desta assembleia.

Apesar de sabermos das dificuldades, tendo em conta alguma divulgação, por vezes difusa porque se sustenta sobretudo na insinuação e na atribuição de culpas ao executivo anterior, a verdade é que este é o executivo escolhido pela população, esta é a Câmara que a população de Caminha decidiu eleger, com membros apenas do PS e do PSD, permitindo que sejam estes partidos a gerir, uma vez mais, os desígnios do concelho. E essa vontade popular será por nós respeitada, votando favoravelmente esta proposta, mas redobrando o alerta de que sejam cumpridas as promessas eleitorais e a rápida aproximação dos valores mais baixos, praticados por outros concelhos”.

O Senhor Deputado Rui Taxa disse o seguinte:

“As juntas de freguesia, individualmente ou pelos órgãos sociais da sua associação, desde o 25 de abril, têm reivindicado dos nossos governantes mais competências e mais meios financeiros.

Justificaram e justificam estas justas reivindicações pelo papel desempenhado e a desempenhar no desenvolvimento das nossas comunidades em particular e do país em geral.

Resultado desta luta, que continua, as freguesias conseguiram, de acordo com a alínea a) do número 1 do artigo 23º. da lei nº.73/2013 de 3 de Setembro o produto da receita do IMI sobre os prédios rústicos e uma participação no valor de 1% do IMI sobre os prédios urbanos.



Assembleia Municipal de Caminha

Ora, esta Câmara, com a presente proposta, pretende que a Assembleia Municipal de Caminha aprove a deliberação da mesma Câmara (com os votos contra dos vereadores do PSD), de isentar os prédios rústicos cujos proprietários façam prova de atividade agrícola, florestal ou de ações de limpeza e desmatção. Concluindo:

- A Câmara penaliza duplamente as Juntas de Freguesia:- Primeiro porque prescinde de receita e por isso transfere menos recursos;
- Depois porque já transferiu menos dinheiro dizendo que não o tinha por culpa do passado, mas prescinde de receita;

- Finalmente mais grave: a Câmara Municipal pretende isentar o IMI rústico quando o fruto desta receita não lhe pertence, prejudicando as freguesias tirando-lhes uma receita própria consagrada por lei.

Por tudo isto, nós votamos contra”.

O **Senhor Presidente da Câmara**, esclareceu que o Município está a fazer um esforço, porque em menos de um ano desceu a receita do IMI, em que o objectivo é aliviar a carga fiscal sobre os cidadãos, descer aquilo que é um peso financeiro sobre os rendimentos das pessoas do nosso concelho, especialmente no momento financeiro que o país está a ultrapassar.

Este esforço, refere é igualmente uma tentativa de preservar o legado que este Concelho tem ligado à Construção Civil. O número de emigrantes tem aumentado, bem como das empresas que fecham e o intuito é apostar sobretudo na reabilitação e esses sinais são assim dados neste exercício: reabilitação e eficiência energética.

Assim, propõe-se este esforço ao longo de todo este mandato.

Relativamente ao IRS e à Taxa Variável de Participação no IRS, cuja proposta será apresentada, é certo que que o IRS foi baixado no último ano, indo ao encontro do pretendido que é, como referiu, aliviar a carga fiscal das famílias caminhenses.



Assembleia Municipal de Caminha

Referiu que gostaria de congratular o Senhor Deputado Rui Taxa pelo esforço que teve em vir mostrar e justificar porque votam contra as famílias do Concelho, contra a descida dos impostos.

Os senhores Presidentes da Junta, referiu, que a medida tomada não é para ter efeitos nas receitas ou na despesa, mas sim para dar um sinal que tem a ver com a desmatção, com a limpeza, com a apropriação dos terrenos para cultivo e para florestas; eles sabem aquilo que é gerir uma Junta, as despesas que têm do IMI Rústico e sabem que esta Câmara está ao lado das Juntas de Freguesia.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 13 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) – Abertura de Procedimento de Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos, Fornecimento, Manutenção e Lavagem de Contentores e Limpeza Urbana e Praias do Município de Caminha” e Aprovação das Peças do Procedimento

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de setembro de dois mil e catorze, relativa à **“Abertura de Procedimento de Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos, Fornecimento, Manutenção e Lavagem de Contentores e Limpeza**



Assembleia Municipal de Caminha

Urbana e Praias do Município de Caminha” e Aprovação das Peças do Procedimento”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos dos n.º1 e 6 do art.º22 do Decreto-lei 197/1999 de 08 de junho, compete à Assembleia Municipal conceder a prévia autorização para a abertura do procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a “Abertura de Procedimento de Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos, Fornecimento, Manutenção e Lavagem de Contentores e Limpeza Urbana e Praias do Município de Caminha” e Aprovação das Peças do Procedimento”, bem como o cabimento e compromisso orçamental, os encargos e a assunção de compromissos plurianuais.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** disse o seguinte:

“O Senhor Presidente da Câmara pede a esta Assembleia que aprove a abertura de um NOVO Procedimento de Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos, Fornecimento, Manutenção e Lavagem de Contentores e Limpeza Urbana e Praias do Município de Caminha”... decorrente da não adjudicação do concurso no 35/2013 por parte da maioria socialista no Órgão Executivo.

Na discussão em reunião da Câmara os vereadores do PSD colocaram questões pertinentes que se prendiam com o processo de concurso no 35/2013 tendo em conta que se verificaram reclamações/contestações, decorrentes da lei, nomeadamente:

O processo de concurso no 35/2013 está processualmente e juridicamente finalizado?

Deram resposta as todas as reclamações/contestações apresentadas pelas empresas concorrentes?



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

Deram por finalizado/encerrado o processo do procedimento do concurso no 35/2013 na plataforma eletrónica - Acigov?

As nossas interrogações são legítimas e prendem-se com a necessidade de acautelar os interesses do município e dos caminhenses.

Obviamente, Sr. Presidente que a governação do Município de Caminha e o modelo da governação é da sua responsabilidade e dos seus pares e a nós oposição cumpre-nos o dever de acompanhar e fiscalizar a vossa atividade política. Neste sentido, também a forma e a qualidade como o serviço de limpeza urbana se vai desenvolver no Concelho de Caminha é da vossa total e exclusiva responsabilidade.

Estaremos atentos.”

O **Senhor Deputado Vitor Brás** saudou todos os presentes e deu início à sua intervenção:

“Na última assembleia municipal os senhores Deputados da oposição afirmaram que no concurso de recolha de resíduos, que na ocasião decorria, haveria um “caldinho” com um familiar de António Costa, insinuando a existência de favorecimentos.

Este executivo primou sempre pela transparência e isenção, e vejam bem que este concurso até ficou deserto. Nenhuma das empresas cumpriu o caderno de encargos.

Para perceberem, uma das cláusulas no concurso, iniciado pelo anterior executivo, era ter, como valor mínimo, sete milhões de euros. Este executivo, aplicando a lei, baixou o valor de referência. E reparem, surgiram propostas abaixo desse dito valor, mantendo exatamente os mesmos serviços e qualidade.

Agora, de forma transparente, abre-se o concurso para a recolha de resíduos no nosso concelho, com o desígnio da defesa do interesse coletivo, na manutenção e aumento na qualidade, e principalmente na baixa do valor praticado.

Este concurso não custará aos munícipes os 10 milhões que custou o anterior, adjudicado há dez anos pelo anterior executivo.



Assembleia Municipal de Caminha

Não é com “caldinhos” que defendemos o interesse dos munícipes, como decerto acontecia. É com concursos transparentes que aceitem todas as candidaturas que cumpram o necessário pelo interesse de todos.

É com satisfação que vejo este executivo preocupado com as pessoas. Este concurso selecionará a melhor empresa, poupando dinheiro, que o município não tem, e salvaguardando as necessidades de todos nós.”

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** em resposta referiu que o concurso anterior ficou “deserto”, isto é, nenhum dos concorrentes cumpria integralmente o caderno de encargos. Naturalmente que todos os procedimentos foram cumpridos, uma vez que as pessoas e os técnicos da Câmara de Caminha detêm a total e absoluta confiança do executivo actual, sendo pessoas experientes e conhecedoras, fazendo as propostas que estão de acordo com a Legislação, neste caso em concreto com o Código dos Contratos Públicos.

Relativamente ao concurso anterior, especificamente ao ponto do preço anormalmente baixo, referiu o Senhor Vereador que o Código dos Contratos Públicos considera como preço anormalmente baixo aquele que é inferior a metade do preço base. Estranhamente, no concurso que ficou deserto, tal não era referido, facto que foi alterado no devido tempo, demonstrando que o executivo tinha toda a razão na matéria.

Por outro lado referiu ainda que o que se passou no concurso anterior tem a ver com questões de muito pormenor, concretamente com os dias de limpeza que estavam previstos no referido concurso, sendo todos os dias da semana e nenhum dos concorrentes cumpriu integralmente esses setes dias pretendidos.

Apesar destas situações e do concurso ter portanto ficado deserto, se tal não tivesse acontecido, este concurso daria problemas com o Tribunal de Contas, uma vez que o Código dos Concursos Públicos diz também que os contratos não devem ter prazo superior a 3 anos a não ser que haja condições económicas e financeiras que o justifiquem; de qualquer modo é a jurisprudência do Tribunal de Contas, por uma questão cautelar, não visar contratos de prazo superior a 8 anos. Este



Assembleia Municipal de Caminha

problema surgiu noutros concursos de outros municípios, pelo que aqui teríamos provavelmente o mesmo problema.

Por todas estas questões, afirmou, resta relançar um novo concurso que se pode discutir e decidir nesta Assembleia, estando acautelados todos os procedimentos e estando cumpridas todas as regras. Conclui referindo que crê que esta nem é uma questão de debate político, mas sim uma questão de bom senso.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 27 votos a favor, 0 votos contra e 8 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) – Convite para Integração na Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho – ADRIMINHO

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e três de julho de dois mil e catorze, relativa ao **“Convite para Integração na Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho – ADRIMINHO”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a integração do Município de Caminha na “Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho – ADRIMINHO”.



Assembleia Municipal de Caminha

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro disse o seguinte:

“O convite para integração em movimentos associativos é algo regular, às vezes meritório de reconhecimento, mas nem sempre significa uma aceitação tácita, sendo por isso interessante o seu debate.

Por princípio nada nos move contra, não só pelo cariz associativo, mas também pelos próprios fins deste movimento em particular. No entanto não deixamos de registar que a adesão comporta sempre encargos, deste da joia de inscrição à quotas, e outros que eventualmente possam surgir.

Nada impede, por outro lado, que o município de Caminha possa ser parceiro num ou outro projeto da ADRIMINHO, valorizando-o e cotando-o melhor, garantindo eventualmente a apreciação positiva, granjeando-o com financiamento comunitário. No entanto entendemos que o município de Caminha queira ir mais longe, e ter uma voz mais ativa. No entanto vejamos: Segundo a informação disponível no sítio da ADRIMINHO, esta associação é liderada pelo Sr. Rui Solheiro, que não só a preside como representa a Associação de Municípios do Vale do Minho. Ora também o concelho de Caminha se representa pela CIM Minho-Lima, vulgo CIM do Alto Minho.

Parece-nos então ser de todo o interesse que a adesão à ADRIMINHO seja feita pela CIM, estando desta forma representados todos os municípios que a compõem, possibilitando uma associação mais alargada, mais capaz de contribuir no seio da ADRIMINHO para melhores projetos, mais integradores e fomentadores da valorização e desenvolvimento rural.”

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o entendimento do actual executivo sobre a participação do Município de Caminha nesta Associação tem a ver não com uma lógica de pertença a uma Associação de cariz menos comercial ou humanitário, mas sim de tentar que nos envolvamos mais numa Associação que tem, ao longo dos últimos 20 anos, feito um trabalho muito meritório, aprovando cerca de 450 projectos nos Municípios do Vale do Minho, cerca de 30 Milhões de



Assembleia Municipal de Caminha

Euros de investimento atraído para este Vale. Assim, o facto do Município se envolver, refere o Presidente, tem também essa faceta de estarmos mais juntos.

A primeira medida será a de actualizar e alterar o site da ADRIMINHO.

Esta Associação ganha por ter a participação de Caminha, acrescentou; Caminha deve estar dentro da Associação, significando o regresso de Caminha a uma parceria mais estreita com o Vale do Minho. O facto do Município ter estado um pouco ao lado deste projecto da ADRIMINHO fez com que Caminha perdesse, uma vez que de 450 projectos aprovados, apenas 19 foram neste Concelho, o que diz muito pouco sobre o nosso envolvimento. O mesmo acontece com o investimento feito, já que dos 30 Milhões, apenas cerca de 1,23 Milhões foi feito aqui, nomeadamente em projectos de índole mais privada, mas também alguns públicos, como o CISA na Serra D'Arga, o Centro Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação e de alguns projectos de Turismo Rural e de recuperação de imobiliário quer em DEM, quer em Vile, entre outros.

A ideia então, é que Caminha ganhe densidade política para poder estar ao lado dos protagonistas para que possa também ter uma palavra onde se tomam as decisões.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua Ricardo Joaquim de Sousa da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de setembro de dois mil e catorze, relativa à **“Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua Ricardo Joaquim de Sousa da Freguesia de Caminha”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a “Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua Ricardo Joaquim de Sousa da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho”.

O **Senhor Presidente da Mesa** propôs a votação das alíneas conjuntamente uma vez que todas elas dizem respeito a posturas de trânsito.

O **Senhor Deputado Rui Taxa** disse que tecnicamente, uma vez que são Freguesias diferentes, as alíneas deveriam ser votadas separadamente, no entanto não se opõe que sejam votadas conjuntamente, desde que os Presidentes de Junta estejam de acordo.

O **Senhor Deputado José Luís Lima** referiu que no fim da Rua Ricardo Joaquim de Sousa, existe um belíssimo parque de estacionamento que não está aproveitado, quando em Caminha se sofre de falta de espaço de estacionamento. Referiu que no espaço cabem bastantes carros, num número superior a 10 carros; o passeio que circunda a Praça de Espanha está desaproveitado, como referiu o Senho Deputado, podendo ser resolvido por um estacionamento em espinha ou de outro tipo, que representaria uma obra de baixo custo, bastando substituir as guias do passeio por rampas ou baixar o passeio ao nível da estrada.

Em relação à Freguesia de Venade e Azevedo, na Rua do Pêgo, o Senhor Deputado referiu já ter falado com o Senhor Presidente de Junta e também é



Assembleia Municipal de Caminha

preocupação dele resolver a situação de imediato uma vez que aquela é uma situação muito perigosa, uma vez que se trata de um arruamento muito utilizado, tornando-se incómodo o desvio que deve de ser feito quando o caminho em questão não está nas melhores condições. Irá assim votar favoravelmente à alteração, no entanto pediu ao Sr. Presidente da Câmara que, dentro do possível, tentasse resolver a questão de outra forma, nomeadamente de maneira a criar visibilidade.

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido** referiu que relativamente à Rua do Meio, toda a gente tem uma ideia que não corresponde à realidade. A questão, referiu o Senhor Vereador, foi amplamente discutida com o Senhor Presidente da Junta de Caminha e Vilarelho, uma vez que esse estava convencido, como muita gente, que o trânsito na Rua Direita se faz só no sentido da Praça de Espanha. A proposta é essa mesma, mas actualmente, embora haja uma placa de sentido proibido junto à Praça de Espanha, isto é, junto ao supermercado, a postura deliberada em Assembleia Municipal em 2007, é no sentido de que até ao beco do Lobisomem podem circular moradores, depois uma secção que podem circular todos os condutores e é frequente haver confusão. É igualmente frequente que quem utiliza a zona de estacionamento junto da Igreja Matriz, fazer o trajecto em ambos os sentidos.

Referiu que não foi incentivo do Município mudar o sentido do trânsito, mas sim dar bom acolhimento a protestos de moradores nesse sentido; assim, o que se está a fazer é aquilo que todos pensavam já existir, mas que de facto não existia.

Relativamente à Rua do Pêgo, o Vereador crê que este foi um requisito por parte da Junta de Freguesia, pelo que o executivo se limitou a dar bom acolhimento ao que pareceu perfeitamente razoável, resultando a proposta apresentada.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

g) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua do Pego da União de Freguesias de Venade/Azevedo

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de setembro de dois mil e catorze, relativa à **“Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua do Pego da União de Freguesias de Venade/Azevedo”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a **“Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua do Pego da União de Freguesias de Venade/Azevedo”**.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

h) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua Conselheiro Miguel Dantas e Praça de Espanha da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de setembro de dois mil e catorze, relativa à **“Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua Conselheiro Miguel Dantas e Praça de Espanha da Freguesia de Caminha”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a **“Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento na Rua Conselheiro Miguel Dantas e Praça de Espanha da União de Freguesias de Caminha e Vilarelho”**.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

i) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento no Beco do Gimnodesportivo da Freguesia de Vila Praia de Âncora



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de setembro de dois mil e catorze, relativa à **“Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento no Beco do Gimnodesportivo da Freguesia de Vila Praia de Âncora”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a **“Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento no Beco do Gimnodesportivo da Freguesia de Vila Praia de Âncora”**.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

j) – Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento à Foz do Minho e Mata do Camarido

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de setembro de dois mil e catorze, relativa à **“Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento à Foz do Minho e Mata do Camarido”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia



Assembleia Municipal de Caminha

externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar a “Alteração à Postura de Trânsito e Estacionamento à Foz do Minho e Mata do Camarido”.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra, 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

k) – Abertura de Procedimento de Concurso Publico Urgente- “Construção do Campo de Futebol de Lanhelas”- Ratificação

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de setembro de dois mil e catorze, relativa à “**Ratificação do Despacho do Senhor Presidente Datado de 11 de Agosto de 2014- Abertura de Procedimento de Concurso Publico Urgente- “Construção do Campo de Futebol de Lanhelas”**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque compete à Assembleia Municipal, conceder prévia autorização para abertura dos procedimentos, que deem lugar a encargos orçamentais em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a “Abertura de Procedimento de Concurso Publico Urgente- “Construção do Campo de Futebol de Lanhelas” e ratifique todos os atos já praticados.



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa** disse o seguinte:

"Compete à Assembleia Municipal, conceder prévia autorização para abertura dos procedimentos, que dêem lugar a encargos orçamentais em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização.

Está em questão "Abertura de Procedimento de Concurso Publico Urgente- "Construção do Campo de Futebol de Lanhelas" e ratificação de todos os atos já praticados.

A autorização para a assunção de um compromisso é sempre precedida pela verificação da conformidade legal da despesa, nos presentes termos e nos demais exigidos por lei.

A informação interna que sustenta este ponto refere que o procedimento envolve a assunção de compromissos quer no próprio ano (2014) quer em anos futuros (2015).

A assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente, poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Estamos a falar de um projeto de investimento, melhor um projeto plurianual. Num valor total 814.250,50€ + IVA = 863.105,53€

2014 - 100.000,00€ + IVA = 106.000,00€

2015 - 714.250,50 + IVA = 757.105,53€

O documento da contabilidade da proposta de cabimento, mostra que afinal o cabimento foi requisitado em 07 de Agosto.

Em 11 de Agosto a Vereadora Ana São João, remete aos serviços de contabilidade, a fim de verificar a assunção deste compromisso.

No mesmo 11 de Agosto de 2014, o Sr. Presidente aprovou as peças do procedimento determinando a sua abertura através de concurso urgente para formação de contrato de empreitada de obra pública.

Passado mais de um mês, 12 de Setembro (há quinze dias atrás) finalmente eis o documento da contabilidade com a proposta cabimentada, com uma assinatura que não se percebe de quem, é, que não consta com nenhuma autorização!



Assembleia Municipal de Caminha

Depois da confusão das datas, afinal a proposta está ou não cabimentada? E a informação sobre a existência dos Fundos Disponíveis?! Quem assina? Tem competência? Cumpre a lei? Tem a certeza Sr. Presidente? Eu não teria!!!

Importa esclarecer.

Como a previsão desta obra não foi feita no orçamento de 2014, e, não tinha necessariamente de ser feita, se durante o mês de Agosto o Executivo reunisse normalmente e incluísse um ponto com uma revisão orçamental para inclusão da construção do Campo de Futebol de Lanhelas no PPI no valor de 106.000,00E (despesa de 2014).

Agora estaria esta Assembleia Municipal a apreciar uma Revisão Orçamental para inclusão da construção do Campo de Futebol de Lanhelas, no PPI. Consequentemente estaríamos a aprovar Abertura de Procedimento de Concurso Publico Urgente, devidamente cabimentado numa rubrica do PPI.

O Executivo pegou no orçamento e pensou, e agora? Já não dá tempo levar a reunião de Câmara uma Revisão Orçamental. Olhou para o Orçamento e na rubrica 08.07.01 Instituições Sem Fins Lucrativos - Transferência de Capital tinha uma verba de 250.000,00€, então é mesmo aqui.

Com esta habilidade contabilística, mais uma, foi ultrapassado o problema da regularidade financeira da despesa.

Meus Senhores,

Esta é uma obra Plurianual, tem obrigatoriamente de estar contemplada no PPI. Sugerimos que seja proposta uma Revisão Orçamental ao PPI para contemplar esta despesa referente ao ano 2014 e 2015.

Caso para perguntar, qual a opinião da empresa de auditoria?

O PSD concorda e quer a obra Construção do Campo de Futebol de Lanhelas, sendo uma mais-valia para a Freguesia de Lanhelas, não pode de maneira alguma compactuar com acrobacias contabilísticos.”

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que esta proposta vem a Assembleia Municipal precisamente porque não consta do PPI, o Plano de Investimento



Assembleia Municipal de Caminha

aprovado inicialmente, porque não constava também nas prioridades de investimento do executivo. O procedimento foi urgente, refere, porque foi em férias e porque abriu uma linha de financiamento curta que já foi entregue e que aqui se está apenas a tratar de uma ratificação. Tudo foi feito dentro da Lei e cumprindo todos os critérios.

Ainda sobre este investimento, acrescentou que este foi um investimento aprovado porque se está a viver um momento de término dos fundos comunitários ainda em vigor e o que aparece normalmente no final dos quadros de fundos comunitários em vigor são opções do próprio governo que gere estes fundos, tentando apontado para determinado tipo de obras que têm de acontecer; a opção do governo nesta matéria recai na aposta dos equipamentos desportivos, porque no próximo quadro comunitário, embora não se saiba especificamente o que surgirá, sabe-se que não existirão previsões para equipamentos desportivos e acessibilidades. Assim, no quadro de 2014- 2020 não haverá dinheiro comunitário para fazer equipamentos desportivos e, se as Câmaras os quiserem fazer, serão estas suportar todo o custo. Neste enquadramento, entendeu o executivo candidatar uma obra que é desejada pelos habitantes de Lanhelas e que pode trazer benefícios para Lanhelas, para o clube lá residente, para a zona envolvente e também para a Casa do Povo de Lanhelas, que é proprietária do edificado.

Assim, finaliza o Senhor Presidente, foi isso que se fez, candidatou-se em tempo recorde a proposta que está a ser analisada, no entanto refere que se não existir comparticipação por fundos comunitários, não é possível ao Município levar esta obra por diante; havendo e ganhando o concurso, a obra irá por diante

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 8 votos contra, 1 abstenção.

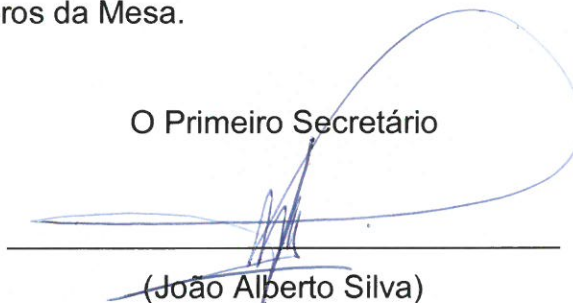


Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

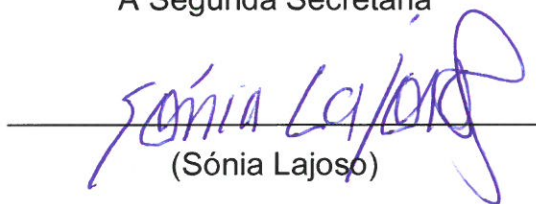
O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, informou que encontrariam um local mais confortável para as futuras sessões e declarou encerrada a Sessão, quando eram 03H00M, do dia 28 de junho de 2014, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário



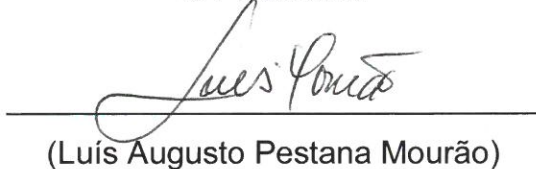
(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária



(Sónia Lajoso)

O Presidente



(Luís Augusto Pestana Mourão)